



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JOSÉ AUMENDES DA SILVA FARIAS**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA SOB O OLHAR DOS  
JOVENS DE DUAS CIDADES DO CARIRI PARAIBANO**

**SUMÉ - PB  
2019**

**JOSÉ AUMENDES DA SILVA FARIAS**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA SOB O OLHAR DOS  
JOVENS DE DUAS CIDADES DO CARIRI PARAIBANO**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura em Ciências Sociais do  
Centro de Desenvolvimento Sustentável  
do Semiárido da Universidade Federal de  
Campina Grande, como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciado em  
Ciências Sociais.**

**Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Júnia Marússia Trigueiro de Lima.**

**SUMÉ - PB  
2019**

F224m Farias, José Aumendes da Silva.  
Movimentos sociais e o exercício da cidadania sob o olhar dos  
jovens de duas cidades do Cariri Paraibano. / José Aumendes da Silva  
Farias. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

58 f.

Orientadora: Professora Dr.<sup>a</sup> Júnia Marússia Trigueiro de Lima.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro  
de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura  
em Ciências Sociais.

1. Movimentos sociais. 2. Juventude e movimentos sociais. 3.  
Exercício da cidadania. 4. Cidadania ativa. 5. Cidadania passiva. 6.  
Participação política – jovens. 7. Grupo focal. 8. Juventude e política.  
9. Estudo de percepção – jovens. I. Título. II. Lima, Júnia Marússia  
Trigueiro de.

CDU: 323.1(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

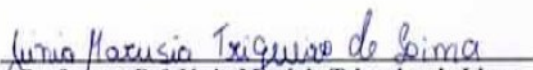
Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**JOSÉ AUMENDES DA SILVA FARIAS**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA SOB O OLHAR DOS  
JOVENS DE DUAS CIDADES DO CARIRI PARAIBANO**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura em Ciências Sociais do  
Centro de Desenvolvimento Sustentável  
do Semiárido da Universidade Federal de  
Campina Grande, como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciado em  
Ciências Sociais.**

**BANCA EXAMINADORA:**

  
Professora Dr<sup>a</sup> Júnia Marúcia Trigueiro de Lima.  
Presidente – UACIS/CDSA/UFCG



Professor.

Examinador I – Paulo César Oliveira Diniz - UACIS/CDSA/UFCG



Professor.

Examinador II – Valdonilson Barbosa dos Santos - UACIS/CDSA/UFCG

**Trabalho aprovado em: 11 de dezembro de 2019.**

**SUMÉ - PB**

À Deus, o maior orientador da minha vida.

Aos meus pais, Maria Lúcia e Ramiro Braz, minha  
irmã Ana Cristina e meus avós, Josefa Antônia,  
Braz Inácio, Josefa Maria e Braz Mariano.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, minha eterna gratidão a Deus, que foi minha força e porto seguro nos momentos que a insegurança e o medo bateram à porta me fazendo pensar em desistir, desde o ingresso na universidade até a construção dessa monografia. Sem sua presença e ajuda que me fez acreditar em mim e que tudo daria certo eu não teria chegado até aqui.

A todos os professores que até aqui passaram por minha vida, desde a alfabetização até o Ensino Médio. Minha gratidão a todos por terem dedicado suas vidas a proporcionar a mim e a tantos outros jovens e adultos a construção do conhecimento que seja capaz de nos fazer vislumbrar um futuro de sucesso e conquistas.

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que propiciou não só a mim, mas a tantos outros caririseiros sonhar em ingressar em um curso superior e a todo o corpo docente da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACIS) do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), que contribuíram com o meu desenvolvimento intelectual e que também no decorrer desses anos foram fazendo com que eu me apaixonasse pelas Ciências Sociais e pela licenciatura.

As gestoras Eveline Rodrigues e Edilza de Oliveira, das Escolas Estaduais Manoel Honorato Sobrinho e José Gonçalves de Queiroz, respectivamente, onde durante todo o curso desenvolvi pesquisas. Como também, aos alunos e alunas dessas duas escolas, que se dispuseram a contribuir com a construção dessa monografia.

A minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup> Júnia Marússia por ter aceito me orientar, pelo seu empenho, paciência e dedicação na condução desse trabalho. Suas orientações me proporcionaram um conhecimento ímpar, sobretudo com relação a escrita acadêmica. Serei eternamente grato por ter acreditado em mim quando eu mesmo pensei que não iria conseguir. Sua compreensão, suas palavras de ânimo em meio ao meu cansaço, me dizendo “respira e vá em frente que vai dar certo”, “tá ficando bom. Ânimo, Aumendes” foram fundamentais para que eu prosseguisse e pudesse chegar até aqui.

A minha família, incluindo pais, avós, tios e primos, que desde o meu ingresso na universidade sempre me deram um apoio incondicional. Hoje nessa reta final lembro de quando comecei a estudar e totalmente inexperiente contei com a ajuda essencial de minha prima Maria Ferreira que já estava concluindo este mesmo curso. Nesse período também, meu pai ia todas

as noites (as vezes madrugadas) me buscar no sítio vizinho e quando chegava em casa sempre encontrava minha mãe me esperando chegar pra poder ir dormir. Por sair cedo de casa precisava levar dinheiro pra lanche na universidade, como também para tirar as xérox e meus pais tiveram que reduzir os gastos em casa pra que eu pudesse me manter na universidade com a ajuda muitas vezes, também, dos meus avós. Tempos depois precisei começar a passar a semana na cidade do Congo, e foi na casa dos meus tios, Heleno Torres, Maria Josefa, Iraci Josefa e meus avós, que encontrei um apoio incondicional. A minha irmã que sobretudo nesse período final, prontamente assumiu minhas responsabilidades extra acadêmicas para que eu pudesse me dedicar à escrita da monografia e sempre me motivou a prosseguir. A todos vocês, minha eterna gratidão.

Minha gratidão também a todos aqueles anjos que Deus enviou durante esse período em forma de amigos. Foi um período em que descobri e fiz grandes amigos que me ajudaram de uma forma incondicional, como os meus vizinhos Alcides Ramos, Ana Rita e Irene Rita, meus padrinhos Givaldo Limeira e Maria Severina, minha ex professora Janice Queiroz, como também a professora Socorro Ferreira. Também têm aqueles que a universidade me presenteou, Andreiton Kalby, Fabiana Macedo, Felipe Cavalcante, Marcia Siqueira, Thaynar Albuquerque e Thalita Carvalho, os “Mais Chegados”. Entre nós, partilhamos os sofrimentos, as inseguranças, a vontade de desistir, mas também as alegrias e vibramos com as conquistas uns dos outros. Assim, nos fizemos mais que amigos, nos tornamos família, se ajudando, se aconselhando e sempre nos apoiando mutuamente.

A todos vocês, minha eterna gratidão por tudo. Sem vocês nada disso seria possível e eu não teria chegado até aqui. Obrigado!

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”. (Santa Teresa de Calcutá)



## RESUMO

Dentre os vários ângulos a partir dos quais podemos estudar a juventude, este trabalho aborda a concepção dos alunos do Ensino Médio das escolas estaduais ECI Professor José Gonçalves de Queiroz, da cidade de Sumé, e E.E.E.F.M. Manoel Honorato Sobrinho da cidade de Coxixola, sobre cidadania e movimentos sociais. Busco, a partir dessas concepções, refletir sobre a participação política desses jovens e como eles enxergam temas como a democracia e a conquista de direitos. A presente monografia utiliza como principal referencial teórico, Benevides (1994) com a noção de “cidadania ativa” e “cidadania passiva”, Dagnino (2004), abordando a construção de uma “nova cidadania” e Tavares (2012) que aborda a emergência dos movimentos de juventude. A mesma é resultado de uma pesquisa qualitativa com a utilização de grupo focal e entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. A partir dos resultados obtidos, conclui-se que os jovens dessas duas cidades caracterizam-se como politicamente participativos. No entanto, essa participação adquire uma ressignificação, pois não está associada ao campo da ação ativa, como dos movimentos sociais. Mas sim, que efetiva-se, ao tomar conhecimento das ações dos governantes no âmbito mundial, nacional e/ou municipal.

**Palavras-chaves:** Juventude. Movimentos Sociais. Cidadania e Participação Política.

## ABSTRACT

Among various angles from which it is possible study youth, this work addresses the conception of high school students from public schools ECI Professor José Gonçalves de Queiroz, from Sumé city, and E.E.E.F.M. Manoel Honorato Sobrinho from Coxixola city, about citizenship and social movements. Concerning these conceptions, the aim of this work is reflecting on the political participation of these young people and how they see themes such as democracy and conquest of rights. The main theoretical references of this paper are Benevides (1994), with the notion of “active citizenship” and “Passive citizenship”, Dagnino (2004), addressing the construction of a “new citizenship” and Tavares (2012), which talks about the emergence of youth movements. This work was produced by a qualitative research in focus groups and semi-structured interviews for data collection. From the results obtained, it is concluded that the youth of these two cities are characterized as politically participatory. However, this participation acquires resignification, once it is not associated with active action, as well as social movements. Yet, that is effective, when they are aware of governmental actions at either global, national or municipal level.

**Keywords:** Youth. Social movements. Citizenship and Political Participation.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**ECI** - Escola Cidadã Integral

**E.E.E.F.M** - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

**ENEM** - Exame Nacional do Ensino Médio

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IF** - Instituto Federal

**IFPB** - Instituto Federal da Paraíba

**JOC** - Juventude Operária Católica

**LGBTQ+** - Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Queer

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**PEC** - Proposta de Emenda à Constituição

**PJMP** - Pastoral da Juventude do Meio Popular

**PROJOVEM** - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNE** - União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.....</b>	<b>15</b>
2.1	O CONCEITO DE CIDADANIA.....	15
2.1.1	<i>Cidadania ativa e Cidadania Passiva.....</i>	19
2.2	OS MOVIMENTOS SOCIAIS, SOCIEDADE CIVIL E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CIDADANIA.....	21
2.3	OS JOVENS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: MOVIMENTOS DE JUVENTUDE.....	26
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
3.1	TIPO DE ESTUDO.....	31
3.2	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	33
3.3	TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS.....	34
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>35</b>
4.1	A CONCEPÇÃO DE DIREITO E CIDADANIA SOB O OLHAR DA JUVENTUDE.....	35
4.2	A CONCEPÇÃO DOS ALUNO SOSBRE DEMOCRACIA.....	38
4.3	MANIFESTAÇÕES: “ESCÂNDALOS” E NECESSIDADES.....	40
4.4	JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: ADESÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	43
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>55</b>
	<b>APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>56</b>
	<b>APÊNDICE C – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>57</b>
	<b>APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem o propósito de investigar a compreensão que estudantes do Ensino Médio das escolas estaduais ECI Professor José Gonçalves de Queiroz, da cidade de Sumé, e E.E.E.F.M. Manoel Honorato Sobrinho, da cidade de Coxixola, têm de cidadania, direitos, mobilização social e como estas se relaciona com sua adesão a Movimentos Sociais.

O Brasil possui um considerável contingente populacional de jovens, cerca de 35 milhões com idade de 15 a 29 anos (OLIVEIRA, 2016). A região do cariri paraibano, por sua vez, abarca aproximadamente 17.358 jovens, com idade de 15 a 19 anos (que é a faixa etária dos alunos entrevistados), segundo dados do IBGE (2010), conforme ilustrado na tabela a seguir.

**Tabela 1 – Distribuição da população no Cariri Paraibano**

<b>Nº</b>	<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Jovens (15 a 19 anos)</b>
<b>01</b>	Alcantil	5.239	541
<b>02</b>	Amparo	2.088	197
<b>03</b>	Assunção	3.522	357
<b>04</b>	Barra de Santana	8.205	832
<b>05</b>	Barra de São Miguel	5.611	581
<b>06</b>	Boqueirão	16.889	1.752
<b>07</b>	Cabaceiras	5.035	484
<b>08</b>	Camalaú	5.749	533
<b>09</b>	Caraúbas	3.899	356
<b>10</b>	Caturité	4.546	447
<b>11</b>	Congo	4.692	450
<b>12</b>	Coxixola	1.771	158
<b>13</b>	Gurjão	3.159	276
<b>14</b>	Livramento	7.164	660
<b>15</b>	Monteiro	30.844	2.783
<b>16</b>	Ouro Velho	2.928	266
<b>17</b>	Parari	1.256	115
<b>18</b>	Prata	3.854	341

<b>19</b>	Riacho de Santo Antônio	1.722	173
<b>20</b>	Santo André	2.638	254
<b>21</b>	São Domingos do Cariri	2.420	238
<b>22</b>	São João do Cariri	2.420	408
<b>23</b>	São João do Tigre	4.396	380
<b>24</b>	São José dos Cordeiros	3.985	323
<b>25</b>	São Sebastião do Umbuzeiro	3.239	293
<b>26</b>	Serra Branca	12.971	1.098
<b>27</b>	Sumé	16.072	1.411
<b>28</b>	Taperoá	14.938	1.478
<b>29</b>	Zabelê	2.075	173
<b>30</b>	<b>TOTAL</b>	183.176	17.358

Fonte: IBGE (2010)

De acordo com Carrano (2012), a categoria juventude têm sido um dos temas recorrentes nos estudos realizados mundialmente, nos últimos 20 anos. Segundo o autor, a juventude atualmente, não está tão presa e limitada aos hábitos e tradições herdadas das gerações adultas, mas têm se mostrado como uma categoria autônoma, capaz de construir sua própria identidade e cultura, que não necessariamente precisa estar de acordo com a tradição cultural familiar e/ou social.

Embora desde muito antes houvessem registros da participação dos jovens, homens e mulheres, em lutas sociais, seja por melhorias nas escolas e universidades ou por conquistas de direitos, foi na década de 60 que essa categoria ganhou maior visibilidade. Essa foi uma década de grande popularização e surgimento de inúmeros movimentos de juventude no Brasil e no mundo.

De acordo com Oliveira (2016), atualmente, podemos perceber uma participação política efetiva dos jovens através de diversos movimentos de juventude que surgem de acordo com a pluralidade que envolve esse grupo. O autor destaca algumas das singularidades desses movimentos, como a juventude do campo, juventude negra, jovens religiosos, dentre outros.

No entanto, é importante lembrar que a juventude não só é uma categoria pluralista, que abarca diferentes perfis de jovens, (negros, heterossexuais, homossexuais, feministas, indígenas) mas também é uma categoria mutável. Se na década de 60 havia uma juventude

extremamente ativa politicamente, como se caracterizam os jovens atualmente? Essa é uma das perguntas que guia o presente trabalho. Busco refletir sobre como jovens de Sumé e Coxixola concebem e expressam a sua própria participação política. Para tanto, se fez necessário abordar a concepção de cidadania.

Assim como a noção de juventude, cidadania é um conceito que difere de acordo com o período histórico. Por isso, embora haja uma larga discussão sociológica a respeito desse termo, no senso comum, é preciso levar em consideração que ainda há uma dificuldade em compreendê-lo (GALVÃO, 2012), e de reconhecer a sua dinâmica. Por isso, é importante a realização de estudos que abordem qual a atual concepção de cidadania entre a juventude.

É importante destacar que as mudanças ocorridas ao longo da história sobre a noção de cidadania, estão associadas não só às transformações sociais, mas também, a mobilização da sociedade civil. A sociedade, organizada em coletivos como os movimentos sociais, provocaram uma abertura de novos espaços de participação e, conseqüentemente, gerou uma nova concepção de cidadania, que segundo Dagnino (2004), passou a ser compreendida como um direito a ter direitos.

Logo, percebe-se uma forte influência da ação dos movimentos sociais nas transformações que ocorreram no âmbito social, ao longo da história. No entanto, qual será a visão que hoje se tem sobre os movimentos sociais? Como a população enxerga os protestos realizados por esses movimentos?

Este trabalho, se propõe a pensar sobre essas questões acima, buscando apresentar o que a juventude de Sumé e Coxixola pensa sobre os espaços de participação política, (como os movimentos sociais), os direitos conquistados através dos protestos e manifestações, como também, sobre o exercício da cidadania.

A partir dos dados obtidos com uma pesquisa qualitativa realizada em duas escolas abordo o conhecimento desses alunos do Ensino Médio acerca de seus direitos enquanto cidadão, bem como as formas de exercício de sua cidadania.

Temos nos PCNs que um dos objetivos da Sociologia no Ensino Médio é o desenvolvimento da cidadania. E para que isso ocorra, apontam a importância de trabalhar temas como movimentos sociais, os regimes políticos, a participação política e os direitos dos cidadãos. Tendo isso em mente, uma pesquisa que reflita como os jovens entendam a cidadania é bem frutífero para nós como futuros professores de Sociologia.

No capítulo 2, abordo teoricamente a concepção de cidadania e como esta foi se modificando ao longo da história, como também a importância da ação dos movimentos sociais na conquista dos direitos e na construção de uma nova cidadania. Em seguida, apresento no

capítulo 3, a metodologia utilizada na execução desse trabalho. No capítulo 4 estão descritos os dados obtidos com a pesquisa e finalizo no capítulo 5 fazendo algumas considerações sobre as reflexões apontadas pelos dados descritos.

Foi parcialmente utilizada no presente trabalho, a Resolução N° 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata das normas que devem ser observadas no procedimento da coleta de dados, como também, dos passos a serem seguidos nas pesquisas realizadas nas Ciências Sociais. Foi utilizado também o TCLE, assegurando que os dados fornecidos só serão utilizados para divulgação exclusivamente por meios científicos, como também para assegurar a autorização dos pais ou responsáveis dos entrevistados para que eles concedessem as entrevistas, tendo em vista quem sua grande maioria ainda são menores de idade, conforme prevê o capítulo III da resolução, em seu artigo 4°.



## 2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A cidadania, conforme a compreendemos atualmente, é um conceito histórico que percorreu um longo processo de formulação e (res)significação, que variou conforme o tempo. Nesse processo, um dos elementos que ganhou destaque pela sua influência na criação de uma "nova cidadania" (DAGNINO, 2004), anteriormente excludente e restrita a uma parcela muito pequena da sociedade, são os movimentos sociais.

A seguir, buscarei trazer alguns elementos que nos ajudam a entender como se deu início o processo de construção da cidadania, abordando os conceitos de "cidadania passiva" e "cidadania ativa" (BENEVIDES, 1994). Também trarei alguns dos significados atribuídos a esse conceito e os critérios que foram sendo estabelecidos ao longo da história e que determinavam qual indivíduo estava apto a receber o título de cidadão.

Serão abordados também os movimentos sociais como criadores de novos espaços de participação, tomados, ao mesmo tempo, como propiciadores de um novo conceito de cidadania e como uma forma de expressão desta. A discussão acerca dos movimentos sociais será feita aqui priorizando, sobretudo, os movimentos de juventude e estudantis, tomando-os também como uma expressão e como um elemento que nos possibilite refletir sobre o engajamento e a participação política dos jovens no Brasil, ao longo da história.

Para tanto, também se faz necessário abordar os conceitos de sociedade civil e Estado, mobilização social, política cultural e contracultura, bem como os respectivos significados a eles atribuídos. Tudo isso, com o objetivo de nos levar a uma compreensão acerca da criação de muitos dos direitos que hoje nos são assegurados, como também do processo de alargamento da noção de cidadania.

### 2.1 O CONCEITO DE CIDADANIA

Percebe-se que, muitas vezes, falta clareza na concepção de grande parte da população e do senso comum do que venha ser cidadania ou o que caracteriza um indivíduo como sendo um cidadão (GALVÃO, 2012). Por isso, para que possamos compreender bem como se deu (ou ainda se dá), o processo de construção da cidadania e qual a influência dos movimentos sociais nesse processo, precisamos entender a que se refere este termo.

Antes de tudo, porém, é preciso entendermos que o termo cidadania não possui o mesmo significado em todas as sociedades, mas difere de acordo com o espaço e o tempo histórico. Ou seja, tendo em vista que esse é um conceito histórico, em cada sociedade lhe são atribuídos critérios e deveres distintos ao indivíduo apto ao status de cidadão.

O termo cidadania, deriva da palavra "*civitas*", que em latim quer dizer cidade. Isso está muito ligado à ideia inicial decorrente dos gregos sobre quem poderia receber o título de cidadão. Entre eles, o termo cidadão era empregado para se referir ao indivíduo que estava de posse de direitos e que, portanto, podia exercê-los. Inicialmente, tais direitos eram conferidos aos proprietários de terra. Posteriormente aos homens que fossem livres e residentes ou oriundos das cidades e que também não fossem artesãos nem camponeses. (COSTA, 2010).

Para Costa (2010), o germe da cidadania entre os gregos está na *politeuma*, composta pelos que possuíam o título de cidadão e que portanto, podiam participar ativamente da política. Porém, a ideia de cidadania entre os gregos estava intimamente associada aos habitantes das cidades, ou seja, até então só recebia o título de cidadão os homens, se morassem nas cidades e fosse ateniense. Dessa forma, as cidades que antes eram habitadas apenas pelos sacerdotes e os funcionários públicos, passaram a receber um número maior de habitantes, sobretudo cidades como Corinto e Atenas, pois eram nesses lugares que se desenvolvia o comércio e onde ocorriam as votações e reuniões.

Hoje, segundo a definição trazida pelo Dicionário da Língua Portuguesa, o Aurélio, “cidadania é a qualidade ou estado do cidadão” e conseqüentemente, a palavra cidadão diz respeito ao "indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este” (FERREIRA, 2008, p.102).

Segundo Galvão (2012), a definição do dicionário é interessante porque aponta para algo que vai além da visão simplista compartilhada pelo senso comum dos direitos que cada indivíduo possui enquanto cidadão. Ela também trata da atribuição de deveres a serem cumpridos por eles, para com o Estado.

No entanto, o conceito de cidadania, bem como sua prática, não é algo estável. Ao contrário, muda de acordo com as transformações sociais e políticas que ocorrem ao longo da história. Segundo Pinsky e Pinsky (2005), nos últimos trezentos anos, exemplos dessas transformações têm ocorrido no âmbito da participação política, ao conceder às mulheres e aos analfabetos o direito de votarem. Dessa forma, essas alterações decorrem de uma abertura ou estreitamento do estatuto do cidadão para o povo, por parte do Estado, no tocante à proteção e os direitos oferecidos (PINSKY e PINSKY, 2005).

Os autores que se detêm a formular uma definição para tal conceito diferem entre si, pois cada um traz a sua definição de acordo com o seu período histórico, social, econômico, como também cultural.

Miranda (2009, p. 220), apresenta reflexões acerca da cidadania a partir do pensamento de Karl Marx, Tocqueville e Max Weber:

De um lado, Marx considerava que a cidadania era uma forma de alienação burguesa, ao centrar-se nas suas formas legais e políticas de participação, o que ocultaria verdadeiras formas de exclusão. Por outro lado, Tocqueville considerava que o surgimento do cidadão era uma consequência da "compulsão" pela igualdade manifesta pela sociedade, como um fenômeno universal, duradouro e não controlável pelo poder humano. Já Weber concebia o desenvolvimento da cidadania como um resultado de processos históricos que afirmaram a autonomia das cidades medievais e a modificação dos meios de fazer a guerra.

Há aí três definições distintas. Marx aponta para o lado negativo da cidadania, pois segundo ele, esta esconde sua característica excludente ao deter-se às suas formas de participação política legais. Tocqueville, no entanto, concebia o surgimento do cidadão como um processo natural e irreprimível decorrente da desigualdade socioeconômica, da qual origina-se a luta por igualdade. Weber, porém, a define como o produto de acontecimentos históricos que culminaram na emancipação das cidades medievais e conseqüentemente alterou as formas de fazerem guerras.

Segundo Marshall (1967), no entanto, a cidadania expressa-se na plena participação dos indivíduos na sociedade à qual estão inseridos, baseados na ideia de igualdade de direitos, de participação, mesmo que esta tenha seus alicerces nas diferenças socioeconômicas.

Um fator importante chama a atenção nessa ideia porque pressupõe que necessariamente lhes foi concedido o direito e proporcionadas as oportunidades para que esses cidadãos possam participar ativamente.

Começemos a exercitar o nosso olhar sociológico para buscar responder, ao longo deste trabalho, perguntas como: quem, atualmente está apto a receber o título de cidadão? Desses que são considerados cidadãos, todos estão contemplados pelas duas dimensões que abarcam esse conceito (direitos e deveres) (GALVÃO, 2012)? Ou são contemplados apenas pelos deveres em detrimento dos direitos? Todos os cidadãos têm o real direito de participação política dentro de sua sociedade?

É importante atentarmos para o fato de que essa ideia de participação dos cidadãos na tomada de decisões por parte do Estado não surge com o estabelecimento da democracia, pois desde as primeiras concepções de cidadania, aqueles que dela desfrutavam tinham esse poder de participação em sua sociedade. Os proprietários de terra e os habitantes das cidades entre os gregos, por exemplo, podiam participar das votações e reuniões. Mas um dos fatores que muda ao longo da história e que foi motivo de grandes lutas e reivindicações são os sujeitos que são tidos como aptos a receberem o título de cidadão e, portanto, tornarem-se participantes do processo político da sociedade na qual estão inseridos.

O cerne do que mais tarde viria a ser denominado de cidadania, - embora até então não fosse empregado esse termo -, está na instituição do Estado Moderno. De acordo com Costa (2010), a partir da crise do Feudalismo no período da baixa Idade Média e com a eclosão do capitalismo mercantil que surgia em Portugal, Espanha, Inglaterra e França, a burguesia vê-se impulsionada a rebelar-se contra o sistema monárquico absolutista e contra a submissão a esse e passa agora a reivindicar um sistema político que possibilitasse a participação do povo e que esses pudessem expressar sua vontade e/ou insatisfações. Dá-se início nesse período à um longo caminho em busca da instalação de um sistema político democrático onde o povo pudesse então participar e opinar.

A partir do século XV, influenciada pela expansão do capitalismo que exigia novas formas de relacionar-se socialmente, a burguesia estabelece um novo critério de aptidão ao título de cidadão. Para os burgueses, a cidadania não se restringia aos habitantes das cidades, mas tinha seus limites determinados pelas fronteiras da nação, tendo em vista que o capitalismo exigia um sistema político que fosse capaz de centralizar os feudos sujeitando-os a um único poder (COSTA, 2010).

Portanto, podemos concluir que a cidadania tem sua origem a partir da vida na Cidade-Estado grego, porém, desde o período da Grécia antiga até o que hoje temos por cidadania, incluindo a tríade dos direitos civis, políticos e sociais<sup>1</sup>, muitas lutas se sucederam nesse processo histórico de transformações sociais, culturais e políticas. De acordo com Tomazi (2010), esses direitos só começaram a serem assegurados legalmente em estatutos e cartas a partir do século XIII, das quais destaca-se a *Bill of Rights* (1689), ao estabelecer uma monarquia constitucional, submetendo-a à soberania popular.

---

<sup>1</sup> Segundo Marshall (1973), no século XVIII foram constituídos os direitos civis, no século XIX os direitos políticos e no século XX, sob pressão dos movimentos sociais foram assegurados os direitos sociais.

Marshall (1973) estabelece uma ordem cronológica de como foram constituindo-se ao longo da história os direitos civis<sup>2</sup>, políticos<sup>3</sup> e sociais<sup>4</sup>. Porém, esta cronologia está baseada no funcionamento da Sociedade Inglesa. No Brasil os fatos não seguiram essa mesma ordem. Segundo Carvalho (2011), estamos à frente, no que diz respeito aos direitos políticos, mas não no tocante aos direitos sociais e civis.

Segundo Marshall (1967), a discussão sobre o conceito de cidadania, só ganha maior visibilidade a partir dos séculos XVII e XVIII. Porém, aparece de forma ainda muito escassa, tendo em vista que até então abarca apenas os chamados "direitos civis", que são aqueles relacionados às liberdades individuais e suprimia os outros dois direitos que formam o tripé que atualmente estão inseridos no que chamamos de direitos do cidadão, ou seja os direitos políticos e sociais. Segundo Tomazi (2010), inicialmente esses direitos estavam mais relacionados a garantir a liberdade (contratual, de escolher o emprego, de pensamento, religiosa e etc.), como também o de ir e vir e a justiça.

No entanto, é importante atentarmos para o fato de que esses direitos iniciais aos quais começou a ter-se acesso não representou de fato um progresso, mas sim, uma forma de acentuar a desigualdade à medida que eram deixados à margem as mulheres<sup>5</sup> e os negros, por exemplo. Então tinham mais um caráter de exclusão do que de inclusão dos marginalizados socialmente.

Tanto Marshall (1973), como Tomazi (2010) apresentam a consolidação dos direitos do cidadão como sendo resultado de lutas e reivindicações populares através de movimentos sociais e outros mecanismos.

### *2.1.1 Cidadania Ativa e Cidadania Passiva*

Essas mobilizações sociais em torno da conquista de direitos expressam uma forma de exercício da cidadania, que é classificada por Benevides (1994) como "cidadania ativa", distinguindo-a assim, da "cidadania passiva"<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> Referentes à liberdade individual, como o de ir e vir, à vida.

<sup>3</sup> Que possibilitam aos indivíduos participarem do governo, como votar e ser votado, realizar manifestações.

<sup>4</sup> Que são o direito à lazer, à educação e que foram constituídos a partir de reivindicações,

<sup>5</sup> Os direitos decorrentes da Revolução Francesa (1789), embora baseados nos princípios de liberdade e igualdade e tidos como universais, até então, não contemplavam as mulheres.

<sup>6</sup> Segundo Benevides (1994), cidadania passiva é aquela concedida pelo Estado como sendo um favor, contrapondo-se portanto, a cidadania ativa, segundo a qual o cidadão é tido como portador e criador de direitos, podendo assim, criar novos espaços de participação política.

Segundo a definição da autora, a forma como nos comportamos diante das nossas demandas enquanto cidadãos, bem como, a forma com que enxergamos os nossos direitos, revela se vivenciamos e exercitamos a nossa cidadania, de forma ativa ou passiva.

Nesse sentido, vejo o clientelismo político como uma das maneiras que se expressa aquilo que Benevides (1994) denomina de "cidadania passiva". Ou seja, o indivíduo que é um cidadão passivo na sociedade está muito mais suscetível a encarar os seus direitos como benefícios oferecidos pelo Estado, nesse caso muito fortemente personificado na pessoa do(a) presidente, ou por qualquer outro agente político, seja governador, prefeito, vereador etc., criando dessa forma uma dívida moral por parte do "beneficiado" para com aquele que lhe concedeu o "benefício".

Como afirma Carvalho (1988), o sistema clientelista em si já representa uma desigualdade à medida que pressupõe a ideia de que há um que tem seus direitos suprimidos e outro que não só deles desfruta, como possui o poder de os conceder ao outro. Além disso, o clientelismo acentua essa desigualdade e começa a gerar uma dominação à medida que aquele que lhe teve o "benefício" concedido vê-se endividado moralmente para com o concedente, e assim sente-se na obrigação de jamais se opor a este. Seja politicamente, através do voto ou calando-se frente às necessidades suas e da sociedade em troca de favores.

Segundo Dagnino, Alvarez e Escobar (2000), todos esses sistemas sociais e políticos, baseados na troca de favores, como o clientelismo, o paternalismo e o personalismo passam a ser incorporados pela sociedade como práticas comuns pela ausência de distinção entre o que é público e o que é privado. Por isso, associo o clientelismo como uma expressão da "cidadania passiva". Porque com isso, os direitos, podem também ser vistos como algo privado que é concedido pelo Estado ou algum político como um favor.

Em contrapartida temos a "cidadania ativa", na qual, segundo Benevides (1994), o indivíduo não só se reconhece como portador de direitos, mas como um agente social por meio do qual novos direitos poderão ser alcançados e por isso luta por novos espaços de participação onde suas demandas possam ser expostas e atendidas. Nesse sentido, os movimentos sociais representam uma forma de exercício e expressão dessa cidadania ativa, dado a sua predisposição em envolver-se nos problemas sociais para buscar solucioná-los.

---

Partindo dessa concepção, podemos citar o exemplo apontado por Carvalho (2002) do movimento operário<sup>7</sup> no Brasil, que na década de 20, lutava pela abertura de novos espaços de participação, como também por muitos dos direitos trabalhistas dos quais hoje se pode ter acesso.

Segundo Dagnino, Alvarez e Escobar (2000), a ação dos movimentos sociais é de suma importância para a abertura desses novos espaços de participação e até mesmo no sentido de amplificar a democracia na América Latina através da política cultural praticada por eles. Essa política cultural é praticada com o objetivo de dar uma nova ressignificação ao termo político, como também a quem determina as normas do jogo político. O termo "política cultural", é entendido, segundo Dagnino, Alvarez e Escobar (2000), como a atuação de grupos formados por diferentes contextos culturais que entram em conflito.

Como observa Gohn (1997), a temática dos movimentos sociais, ganhou maior visibilidade, sobretudo nas regiões do mundo ocidental, a partir da década de 60. A partir daí assumem um caráter de objeto de análise científica, como consequência da grande visibilidade que passam a ter dentro da própria sociedade nessa época.

## 2.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS, SOCIEDADE CIVIL E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CIDADANIA

Segundo Araújo e Lima (2010), os movimentos sociais representam uma inquietação recorrente das Ciências Sociais. Estudos que abordam os fatores que contribuem para o surgimento de um movimento social, quem são os atores envolvidos, como se relacionam com a sociedade, são frequentes na temática. A dinâmica da sociedade que está em constante transformação pede sempre novas e atualizadas explicações acerca da realidade vigente.

Antes de iniciarmos essa discussão acerca da contribuição dos movimentos sociais para a construção da cidadania, é preciso termos clareza acerca de como estes se definem. Para isso, dentre as diversas definições que existem, fico com a de Miranda (2009, p. 218):

Os movimentos sociais são ações sociais de caráter sócio-político e cultural, que revelam formas distintas dos indivíduos e grupos se organizar e expressar suas demandas. Na prática, observam-se diferentes estratégias que variam da denúncia, passando pela pressão direta (assembléias, concentrações, passeatas, etc.) até às pressões indiretas (lobby, promoção de ações judiciais).

---

<sup>7</sup> Segundo Carvalho (2002), o movimento operário protagonizou um avanço significável, em termos de cidadania, no tocante a direitos civis e sociais, tendo em vista que lutavam pelo direito de fazer greve, por uma legislação trabalhista, o direito a férias, o seguro acidente, dentre outros.

Eles se formam a partir da organização da sociedade civil no exercício da sua cidadania, com o objetivo de dar visibilidade à suas demandas, dentre as quais em alguns movimentos como o movimento feminista e o MST, essas demandas se traduzem na conquista de direitos.

Segundo Scherer-Warren (2006) o termo sociedade civil embora abarque uma coletividade de indivíduos, cada qual com suas particularidades e singularidades, refere-se especialmente ao campo da defesa da cidadania. Consequentemente diz respeito às formas de organização desta sociedade em torno de seus interesses, como por exemplo, a formação de movimentos sociais.

Kolodoy, Rosa e Luiz (2011), elaboram uma análise do conceito comparando as perspectivas de Hegel, Bobbio e Marx. O primeiro desvincula a sociedade civil do Estado e representa o prelúdio para a formação do Estado, mas espera-se dela que funcione como um poder moderador deste, através da crítica e da participação política para que este não ultrapasse seus limites. Essa definição contrapõe-se à dada por Bobbio que, segundo Kolodoy, Rosa e Luiz (2011), afirma que a sociedade civil distingue-se da "natural", assumindo uma conotação política e portanto, assemelhando-se ao Estado. Já Karl Marx concebia o termo civil sob outra perspectiva, entendido como sinônimo de burguês.

Um outro autor muito importante que se propôs a pensar sobre o conceito de sociedade civil e sua função é Antônio Gramsci (2000). Para ele, o Estado não está mais reduzido ao seu caráter repressivo, como aquele que detém o monopólio da força, mas passa a contar com determinadas instituições privadas, como os sindicatos, as escolas, dentre outras. Como representante da classe dominante, o Estado busca através dessas instituições difundir as ideias de sua classe com o objetivo de atenuar as lutas sociais que se formam em decorrência da desigualdade social que se estabelece entre aqueles que dominam e os que são dominados.

O entendimento acerca do conceito de sociedade civil sofreu uma alteração com o advento do Iluminismo escocês, passando a ser compreendido a partir do fator econômico e não mais pelo fator político. Segundo Pinheiro (1998), os autores iluministas compreendem a sociedade civil a partir de duas características essenciais que são: a prosperidade e a estabilidade. Tais características só poderiam ser geradas pela extensão do comércio e a divisão do trabalho.

Dessa forma, à semelhança da definição hegeliana apresentada por Kolodoy, Rosa e Luiz (2011), a sociedade civil para Gramsci (2000) representa, um poder moderador do Estado. Isso explica o processo de organização das sociedades que dão origem aos movimentos sociais.



Em certos casos representam não só um poder moderador, como também uma força repressiva com relação ao governo e ao Estado.

Percebe-se portanto, que ao termo sociedade civil - assim como os de cidadania, movimentos sociais e participação política -, lhes foram atribuídas significados e funções distintas ao longo da história e das transformações sociais, políticas e culturais. E, conseqüentemente, a forma como a sociedade civil é interpretada em dado tempo e espaço, influenciará a política a seguir determinado rumo. Segundo Dagnino, Alvarez e Escobar (2000), embora essas definições ora sejam abrangentes, ora restritas, uma parte considerável de tais definições abordam os movimentos sociais como uma de suas esferas mais vital e central.

Miranda (2009, p.230), diz que "é pela mobilização da sociedade civil organizada que se poderá pensar numa conquista de direitos". É claro que essas mobilizações não são exclusividade dos movimentos sociais, pois mesmo quem não está inserido em nenhum movimento social pode reivindicar os seus direitos. Porém, os movimentos sociais sempre representaram um dos meios mais eficazes de mobilização da sociedade civil. O termo mobilização social é empregado aqui segundo a definição de Toro e Werneck (2007), que a define como a participação ativa dos cidadãos nos acontecimentos da sociedade e que pode ser traduzida em ações de formas e proporções diferentes.

É importante destacar a importância dos anos 60 não só para a maior evidência que passaram a ter os movimentos sociais, mas para o mundo como um todo. Essa década foi palco de grandes eventos e transformações sociais e foi também um período de efervescência da sociedade civil organizada, marcada pelo despertar das minorias na luta por seus direitos, a exemplo do movimento feminista<sup>8</sup> que chega ao seu ápice nesse período com suas reivindicações pela "libertação" da mulher.

Segundo Gohn (2000), o Brasil tem sua história marcada por lutas e mobilizações sociais desde muito cedo. Ainda no período do Brasil Colônia<sup>9</sup>, os negros, os índios, e até mesmo alguns brancos das camadas médias lutavam contra a opressão e a dominação dos colonizadores.

A partir do século XIX no Brasil, começam a surgir algumas transformações sociais. Com a abolição da escravidão a mão-de-obra agora passa a ser assalariada e a industrialização

---

<sup>8</sup> A luta do movimento feminista remonta ao século XVIII, onde lutavam inicialmente pelo participação nos direitos do homem e do cidadão que as excluía. Após a luta pela participação política através do voto o movimento se enfraqueceu, ganhando forças de novo, na década de 60 onde difundiu-se rapidamente. (TOMAZI, 2010)

<sup>9</sup> Nesse período destacam-se lutas como a Revolta dos Malés na Bahia em 1835, a Inconfidência Mineira em 1789, Zumbi dos Palmares entre 1630 e 1695, Revolução Praieira no Pernambuco entre 1847 e 1849, Revolta de Ibicaba no estado de São Paulo em 1851, dentre outras. (GOHN, 2000)

muda o modo de produção vigente até então. De acordo com Gohn (2000) essas transformações sociais dão origem a um proletariado urbano e começam então a surgir as ligas e as associações como expressão da resistência por parte dos trabalhadores<sup>10</sup>.

A partir da década de 30 no Brasil, ocorreram diversos outros movimentos sociais como o Movimento Pau de Colher em 1935, a Marcha Contra a Fome em 1931, dentre outros. No entanto, esses movimentos foram reprimidos a partir de 1937, com o golpe do Estado Novo, sendo retomada a partir de 1942, de maneira ainda muito discreta com a criação de associações amigos de bairros.

A partir da década de 60 o Brasil foi palco de diversas mobilizações sociais. Foi um período de grande efervescência de diversos setores da sociedade como estudantes, camponeses, professores, dando origem a vários movimentos à exemplo da UNE. Porém, essas mobilizações foram cessadas mais uma vez, de maneira repressiva com o golpe militar de 1964.

Segundo Dagnino, Alvarez e Escobar (2000), esses regimes militares que eclodem nas décadas de 60 e 70 na América Latina, sob coerção internacional para fortalecer o capitalismo e a democracia, surgem sobretudo com o objetivo de radicalizar as alianças populistas.

Também surge, na década de 60, nos Estados Unidos, o movimento hippie (TOMAZI, 2010). Contrário aos ideais de consumo e acumulação de riquezas da sociedade de sua época, os *hippies* possuíam características comuns como a recusa à família tradicional, cabelos e barba compridos entre os homens e as flores no cabelo entre as mulheres. Os hippies representam uma das mais intensas contraculturas<sup>11</sup>, conseguindo marcar a história do seu tempo com manifestações contra a Guerra Fria, por exemplo.

Além desses, outros fenômenos - como o surgimento de movimentos civis em defesa dos homossexuais e negros - foram como holofotes que apontaram para as mobilizações e os movimentos sociais, dando a esses maior visibilidade e despertando as ciências sociais para sua importância como fonte de análise. Segundo Gohn (2000), os movimentos sociais, produzem inúmeras transformações nos setores público e privado através de sua participação direta ou indireta na luta política de uma sociedade e favorecendo as inovações na sociedade política e civil.

---

<sup>10</sup>Ocorrem nessa fase revoltas como a Revolta da Chibata no Rio de Janeiro em 1910, ligas contra o analfabetismo em 1915, Revolta do Contestado no Paraná em 1912, revoltas por feiras livres, contra o preço do pão, dentre outras. (GOHN, 2000)

<sup>11</sup> Segundo (BIAGI, 2017) o termo contracultura pode ser utilizado para se referir de um lado ao conjunto de movimentos de rebelião de juventude da década de 60, como o movimento hippie, o rock, etc. Por outro lado refere-se também aqueles que rejeitam a cultura dominante da sociedade à qual estão inseridos.

É importante percebermos que os movimentos progressistas surgem pelo fato de determinada parcela da sociedade, embora seus membros sejam considerados cidadãos, não terem acesso aos seus reais direitos. Exemplo disso são os movimentos formados a partir da década de 60, os quais segundo Gohn (2008) tenderam a se organizar em torno de fatores identitários e culturais como raça (movimento negro), gênero (movimento feminista), idade (movimentos de juventude), etc., por sentirem-se marginalizados da sociedade.

Esses movimentos, dentre outros progressistas, continuam fazendo suas reivindicações porque, na prática, não tinham ou não têm os seus direitos enquanto cidadãos respeitados. Por isso, buscam novos espaços de participação onde sua voz possa ser ouvida, caracterizando-os assim, como cidadãos ativos.

Segundo Scherer-Warren (2006, p. 115):

Nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, frequentemente, múltiplas dimensões do self: de gênero, étnica, de classe, regional, mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, etc.

Segundo Dagnino, Alvarez e Escobar (2000) e Dagnino (2004), os “novos movimentos sociais”, voltados para questões mais relacionadas aos direitos sociais como saúde, moradia, transporte, educação e a questões identitárias como os movimentos feministas, afro-latino-americanos, ambientalistas e os movimentos populares foram os primeiros responsáveis pela formulação de uma cidadania ampliada, também conhecida como uma "nova cidadania", que questiona a hierarquização preestabelecida baseada em critérios de gênero e raça e que determina lugares fixos para cada cidadão.

Essa nova cidadania é similar ao que Benevides (1994) está chamando de "cidadania ativa", pois essa nova concepção acerca da cidadania influenciou sobretudo na maneira como os direitos são vistos a partir de então. Segundo Dagnino (2004), na concepção da "nova cidadania" a noção de direitos não se limita apenas aos já prescritos legalmente, mas abre espaço para a criação de novos direitos que surgem no decorrer das lutas sociais, incluindo agora, até mesmo o direito à diferença. A partir de então, dá-se início a luta por diversos novos direitos, como direito à preservação do meio ambiente, à liberdade com relação ao seu próprio corpo, à moradia, dentre outros. Dessa forma, o significado do termo direito passa a ser alvo de luta política.

Segundo Dagnino, Alvarez e Escobar (2000), essa ressignificação que sofrem os conceitos como cidadania, direito, público e privado, apontam para uma nova direção. Todo esse processo aponta um confronto cultural contra a cultura autoritária.

Um elemento muito importante que surge com a "nova cidadania", formulada pelos movimentos sociais, é que ela é pensada como um processo de construção de "cidadãos ativos" (DAGNINO, 2004). Ou seja, atores sociais que antes eram socialmente marginalizados e excluídos, tidos como coadjuvantes, agora tornam-se protagonistas no cenário político e lutam para que possam ser reconhecidos como tal.

Porém, segundo Dagnino (2004), o processo de construção da cidadania não está simplesmente na ordem de conquistar direitos, mas para muito além disso, está na ordem da superação de hábitos típicos de cidadãos passivos como a noção de direitos como benesses e que estão tão arraigados nas relações sociais e políticas.

### 2.3 OS JOVENS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: MOVIMENTOS DE JUVENTUDE

Os “novos movimentos sociais”, como já mencionado foram assim denominados pelo fato de passarem a voltar-se para novas demandas, abrindo espaço para novos atores sociais (Gohn, 2008). Dentre estes novos atores sociais excluídos historicamente e que agora passam a reivindicar a ampliação desse espaço de participação e a buscarem ter voz e vez na sociedade estão os jovens. De acordo com Tavares (2012), a juventude tornou-se uma categoria de análise sociológica, sobretudo a partir do século XVIII.

Segundo Gohn (2014), essas análises têm sido feitas sob vários aspectos e funções sociais desenvolvidas pelos jovens, como por exemplo, enquanto artistas, estudantes e etc. Neste ponto, a proposta é refletir um pouco sobre a participação e engajamento destes jovens na política, bem como as condições e abertura de espaços para que essa participação aconteça efetivamente.

Em primeiro lugar, é preciso levar em consideração o fato apontado por Araújo, Bridi e Motim (2016), de que o termo juventude não abarca um grupo padronizado de indivíduos, mas sim, a uma faixa etária que no Brasil engloba os cidadãos com idade de 15 a 29 anos. Porém, dentro dessa coletividade surgem diferentes perfis de jovens influenciados por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais.

Segundo Minayo e Boghossian (2009), embora o termo jovem seja utilizado demograficamente para fins de formulação de políticas públicas, em termos de se referir a uma faixa etária restrita, o significado a ele atribuído difere de acordo com o contexto e tempo histórico específico.

De acordo com Tavares (2012), foi na década de 60 que aconteceu no ocidente o que podemos chamar de “despertar dos jovens”, que até então eram vistos apenas como indivíduos em fase de transição para a fase adulta e, conseqüentemente, como indivíduos ainda incapazes de agir e/ou intervir socialmente. No entanto, estes jovens entram em cena e revolucionam a década de 60 contrapondo-se à geração adulta.

A juventude então não só passa a ter reconhecimento social, influenciando também o setor econômico com o surgimento da indústria jovem “*teenage industry*”, (TAVARES, 2012 p.184) como também assume um caráter reivindicatório perante o mundo adulto, embora esta reivindicação ainda não fosse no campo político, mas era manifesta pelo idioma e pela aparência.

O Maio de 1968<sup>12</sup> na França exemplifica muito bem esse protagonismo juvenil encabeçado sobretudo pelos movimentos estudantis, que associado a outros acontecimentos históricos como o movimento feminista – norte-americano e as mobilizações contra a guerra no Vietnã, tomou proporções globais. Aqui, portanto, as reivindicações saem do campo restrito da cultura e passam para o campo da ação política.

À inicialmente rebelião jovem protagonizada pelos estudantes<sup>13</sup> no Maio de 1968, juntou-se o grito “das maiorias silenciadas”, como descreve Gohn (2014, p. 81). Esse grito dos excluídos disseminou-se entre as diversas camadas da sociedade que tinham sua voz reprimida e seus direitos enquanto cidadãos suprimidos e desrespeitados a exemplo dos negros, os trabalhadores, as mulheres, dentre outros. Ou seja, aqueles que historicamente sempre foram socialmente marginalizados.

Segundo Roszak (1972), esses movimentos juvenis que emergem com grande força, sobretudo nas décadas de 60 e 70, foram encabeçados majoritariamente por jovens que vivenciaram a prosperidade econômica do pós Segunda Guerra. Ao contrário de seus pais, esses

---

<sup>12</sup> O Maio de 1968 começa com a demanda inicial de melhorias no campus da Universidade de Nanterre na França e a partir daí surgem então as oportunidades para a reivindicação de demandas de outra ordem, como relacionadas a raça/etnia, gênero, classe.

<sup>13</sup> Em muitas situações de uma sociedade reprimida e amordaçada, os estudantes se tornaram protagonistas de diversos movimentos que desencadearam grandes transformações políticas no País. Exemplo disso são os protestos contra a ditadura entre 1966 e 1968.

jovens não tiveram que render-se ao trabalho e passaram a dedicar seu tempo a buscarem uma transformação social que os possibilitasse impor-se enquanto contracultura, sendo que até então isso lhes era impedido pelas convenções sociais da época.

Um fator muito importante chama a atenção no contexto social no qual eclodem os movimentos de juventude nas décadas de 60 e 70 que é o fato de não terem suas motivações em fatores econômicos, como alguns movimentos desse mesmo período. Segundo Roszak (1972), esses jovens vivenciaram um período de grande prosperidade econômica, mas também podemos dizer que suas motivações estavam mais nas oportunidades políticas, ou seja, na abertura de espaço para que pudessem mobilizar-se.

Essa motivação social dos movimentos de juventude pode ser explicada por Gohn (2000), pois ela afirma que o surgimento de um movimento não está condicionado à existência de carências, pois elas sempre existiram e sempre existirão. Para a autora, é preciso que as necessidades existentes transformem-se em demandas e só a partir daí poderão ser expressas através de reivindicações.

Segundo Tarrow (2009), os confrontos entendidos como ações realizadas por parte daqueles que não têm acesso às instituições, ou seja, por aqueles que não têm sua voz ouvida, está muito menos associado a fatores sociais econômicos que sempre foram vivenciados pelos indivíduos e mais no campo das oportunidades de ação com que a sociedade se depara.

Então percebemos que a atuação dos jovens enquanto protagonistas das transformações sociais quase sempre ocorreram a partir da combinação entre as necessidades de sua época e as oportunidades surgidas para que pudessem intervir. Possivelmente, todas essas mobilizações no exterior encorajaram e abriram espaço para a atuação dos jovens também no Brasil, a exemplo da independência norte-americana que segundo Mendes (1982) motivou os demais países do continente a lutarem pela libertação do jugo da França e Portugal.

Segundo Mendes (1982), o primeiro registro de uma efetiva participação política por parte de estudantes brasileiros refere-se a “José Joaquim da Maia, que, em 1786, com outros onze jovens compatriotas, fundara uma sociedade secreta para lutar pela independência do Brasil” (p. 15). Desde então, os estudantes tornaram-se protagonistas de diversas mobilizações, institucionalizando-se com a fundação da UNE em 1937.

Mais recentemente, em 2016, os estudantes protagonizaram no Brasil, uma das maiores mobilizações unificadas da história do País, o qual ficou conhecido como o “ocupa tudo”. Segundo Carina Vitral, então presidente da UNE, não havia tido uma mobilização dessa

proporção há mais de quinze anos (TADA, 2016)<sup>14</sup>. Os estudantes ocuparam 221 universidades em todo País, dentre estas, o CDSA, campus fora de sede da UFCG, além de escolas, como sinal de protesto contra a PEC 55, que previa o congelamento dos gastos públicos sobretudo com saúde e educação por duas décadas (AGUIAR, 2016)<sup>15</sup>.

Recorrendo à história dos movimentos de juventude aqui mencionados, levamos em consideração dois pontos para estabelecer uma análise: as motivações encontradas nas carências, mas também nas oportunidades políticas que surgem e não partir de um âmbito em detrimento do outro.

Ou seja, a partir da ação de determinado grupo ou movimento a exemplo dos jovens tratados no presente trabalho, criam-se novos espaços de participação política. Historicamente essas têm sido formas efetivas de conquistas de direitos.

Portanto, a partir do que foi discutido até aqui podemos concluir que a cidadania embora venha sofrendo alterações em sua significação e em sua prática, como aponta Pinsky e Pinsky (2005), nem todos aqueles que possuem o título de cidadão, - independente de querer ou não exercê-la em termos de reivindicar seus direitos -, têm acesso a ela em sua dupla concepção (direitos/deveres). Podemos visualizar isso nas demandas e reivindicações realizadas por movimentos negros, feministas, MST, dentre outros, ainda nos dias de hoje.

Os movimentos sociais, como vimos, articularam-se inicialmente contra a segregação social, provocada por uma cidadania que se restringia a uma parcela muito pequena da sociedade. A partir da atuação desses primeiros movimentos, há então, uma conquista maior de direitos por parte daqueles que são marginalizados socialmente, a exemplo do direito ao voto que antes era negado as mulheres e aos analfabetos, os direitos trabalhistas reivindicados pelo movimento operário na década de 20, dentre outros.

Com o decorrer do tempo, surgiu a necessidade de conceituar termos como a distinção entre sociedade civil e Estado, mobilização social, política cultural, dentre outros. Isso aconteceu em decorrência dessas transformações sociais provocadas sobretudo pela organização da sociedade civil através dos movimentos sociais e pela própria dinâmica da sociedade que também está em constante transformação.

---

<sup>14</sup> Disponível em: < <https://une.org.br/noticias/ocupatudo-tem-187-universidades-ocupadas-em-todo-o-brasil/>> Acesso em: 10 Novembro 2019.

<sup>15</sup> Disponível em: < <https://www.esquerdadiario.com.br/Ocupacoes-Nordeste-OCUPATUDO>> Acesso em: 10 Novembro 2019.

A seguir, será apresentada a metodologia utilizada na realização da pesquisa de campo que tem por objetivo refletir sobre o entendimento que os alunos do Ensino Médio, especificamente dos municípios de Coxixola e Sumé, têm de cidadania e direitos e qual a relação disso com a adesão aos movimentos sociais. Buscarei trazer uma discussão teórica, com o intuito de explicitar a escolha de tais metodologias.



### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentarei quais os instrumentos metodológicos que foram utilizados para execução dessa pesquisa, descreverei o campo de pesquisa e quais os motivos que me levaram a adotar a metodologia e as técnicas escolhidas. Além disso, discutirei sobre a caracterização do tipo de estudo realizado.

A presente pesquisa foi realizada na ECI Professor José Gonçalves de Queiroz na cidade de Sumé e na E.E.E.F.M. Manoel Honorato Sobrinho na cidade de Coxixola. Ambas as cidades estão localizadas microrregião do cariri ocidental da Paraíba. Carrano (2012), aponta que muitas vezes a juventude é idealizada como um grupo naturalmente propenso à participação e como agentes transformadores da sociedade. Por isso, torna-se importante a realização de estudos que abordem a concepção dessa categoria sobre participação.

No presente estudo, optei por realizar uma comparação entre esses dois municípios, que apresentam contingentes populacionais diferentes, tanto em termos gerais, como de juventude, e analisar se esse é um fator que interfere na visão dos estudantes, através das interações sociais, acerca dos temas abordados. Além disso, o que também influenciou muito fortemente a escolha por realizar a pesquisa nesses dois municípios foi o fato de Coxixola ser a cidade onde resido, como também o fato de já atuar na Escola Estadual de Sumé pelo Programa Residência Pedagógica, o que contribuiu para otimização do tempo da pesquisa. Contudo, os resultados obtidos com esse trabalho, podem ser utilizados como base, para pesquisas de maior abrangência na região.

A E.E.E.F.M. Manoel Honorato Sobrinho conta atualmente com um total de 72 alunos matriculados no Ensino Médio regular e a ECI Professor José Gonçalves de Queiroz atualmente atende um total de 401 alunos matriculados no Ensino Médio regular em horário integral<sup>16</sup>.

#### 3.1 TIPO DE ESTUDO

O presente trabalho, trata-se de uma pesquisa de cunho descritivo e busca expor quais os principais elementos que se destacam do fenômeno estudado. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas e o grupo focal, como técnica de pesquisa para a obtenção dos dados descritos a seguir.

---

<sup>16</sup> Os dados das respectivas escolas correspondem ao ano de 2019, podendo sofrer alterações nos anos seguintes.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 34)

A opção pelo método qualitativo se deu pelo fato de o objetivo deste trabalho ser refletir sobre a concepção dos interlocutores sobre determinados conceitos. Não busco com essa pesquisa quantificar os elementos dela decorrentes.

A ideia inicial da pesquisa era trabalhar apenas com o grupo focal. Porém, encontrei dificuldades de realizar o grupo focal nos dois municípios com a mesma quantidade de alunos, devido a pesquisa ter sido realizada no período próximo a realização do ENEM e conseqüentemente as escolas estarem realizando simulados com os alunos em preparação para o exame. Por isso, optei por adotar também a técnica da entrevista individual semiestruturada.

Segundo Barbour (2009), o grupo focal têm a função de apresentar não resultados, mas de colocar reflexões acerca do objeto pesquisado. Além de ser uma técnica utilizada muito frequentemente nas pesquisas da área das Ciências Sociais, o grupo focal configura-se como uma importante ferramenta para interpretação de concepções, ideias, crenças e pontos de vista (RESSEL *et al*, 2008). Por isso, a opção por esse método. Pois o presente trabalho não se propõe a trazer afirmações ou generalizações, mas sim, a refletir sobre a concepção da juventude acerca dos conceitos aqui abordados e a sua relação com a adesão aos movimentos sociais.

De acordo com Marconi e Lakatos (2002), a entrevista é uma técnica que pode ser utilizada para auxiliar no diagnóstico de determinado fenômeno social, como também na coleta de dados. Por isso, foi feita a opção de utilizar também a entrevista neste presente trabalho, com o objetivo de auxiliar na coleta dos dados e como uma ferramenta complementar ao grupo focal, de modo que possibilite um diagnóstico mais preciso do fenômeno estudado.

O grupo focal, realizado na cidade de Coxixola teve a participação de 8 alunos. Em Sumé, entrevistei 4 estudantes do Ensino Médio, dada a indisponibilidade dos demais estudantes, pelos motivos explanados anteriormente. Desse total, 5 alunos são do sexo masculino, sendo 1 com 16 anos, 1 com 17 anos e 3 com 18 anos de idade; e 7 são do sexo feminino, sendo 1 com 15 anos, 3 com 16 anos, 1 com 17 anos, 1 com 18 anos e 1 com 19 anos de idade.

### 3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Inicialmente foi feita uma visita à escola de Coxixola, com a permissão da gestora para uma conversa prévia com os alunos. Nesse primeiro momento, conversei informalmente com alguns deles que já haviam sido contactados através de amigos em comum. Consegui reunir 10 alunos, incluindo 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, de ambos os sexos. Então expliquei sobre o que se tratava aquele encontro, apresentei o objetivo da pesquisa e os indaguei sobre o interesse e a disponibilidade de participarem da pesquisa. Com a aceitação de todos em participarem ficou acertado, na presença da gestora, que autorizou e se colocou à disposição para qualquer coisa que precisasse, para nos encontrarmos no dia 27 de Setembro de 2019, para a realização do grupo focal, na própria escola.

Na data previamente estabelecida para a realização da pesquisa, ao chegar à escola fui informado pela gestora que duas alunas que iriam participar do grupo focal, não poderiam estar presentes em decorrência de problemas com o transporte que as conduz da zona rural para a cidade. Porém, mesmo com este imprevisto, optei por realizar a pesquisa apenas com os oito alunos que estavam presentes.

Devidamente acomodados, em um ambiente favorável, com carteiras confortáveis, sala climatizada e lanche disponível para os participantes, demos início a pesquisa. Inicialmente foilhes apresentado um material de estímulo, que consistia em algumas charges e imagens que abordavam a temática dos movimentos sociais, dos protestos e dos direitos, com o objetivo de iniciar a discussão entre os estudantes, para que através dos pontos colocados por eles pudessem ser colocadas as questões presentes no roteiro, que ao todo continha 13 questões incluindo tópicos e subtópicos.

É importante ressaltar que todos os procedimentos na realização do grupo focal, foram embasados no que orienta Barbour (2012), sobre o cuidado com a ambientação, o fornecimento de lanches, a utilização de materiais de estímulo, como também a sequência e a colocação das questões.

De acordo com Barbour (2012), a vantagem do grupo focal, é que permite analisar o contexto das interações em que se são feitas as declarações e não apenas os relatos e declarações.

Mesmo durante o período de recrutamento dos interlocutores do município de Coxixola, comecei a estabelecer contato com alguns alunos do município de Sumé. A partir desse contato

prévio, foi criado um grupo com esses alunos na rede social (WhatsApp), para que pudesse marcar um encontro com todos, para uma conversa informal, mas que fosse pessoalmente.

Porém, em virtude da indisponibilidade de encontrar um dia e horário em que todos estivessem disponíveis para nos encontrar, por estudarem em tempo integral e também estarem realizando simulados em preparação para o ENEM – realidade encontrada também na escola de Coxixola -, percebi que pelo tempo que eu tinha para a realização da pesquisa, ficaria inviável a realização do grupo focal. Portanto, optei por realizar entrevistas com os alunos de Sumé, pois não precisaria que todos estivessem disponíveis no mesmo dia e horário.

Então, previamente acertado com os alunos e com a autorização da gestora da ECI Professor José Gonçalves de Queiroz, as entrevistas ocorreram respectivamente nos dias 10 e 16 de Outubro de 2019, sendo entrevistados dois alunos em cada dia. As entrevistas aconteceram na própria escola porque assim, os alunos poderiam utilizar o horário do intervalo para conceder as entrevistas.

As entrevistas eram do tipo semi-estruturadas, pois segundo Fujisawa (2000), esta técnica, possibilita uma flexibilização na condução da entrevista, a medida que permite que sejam colocadas questões que não estejam presentes no roteiro, sempre que se fizer necessário.

### 3.3 TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS

O presente trabalho, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e portanto, os dados aqui obtidos não tem o objetivo de serem quantificados, mas sim, propor uma reflexão acerca do exercício da cidadania a partir da visão apresentada pelos estudantes e buscar pensar se há uma relação disso com a adesão desses jovens aos movimentos sociais.

Portanto, os dados coletados serão analisados com base no referencial teórico aqui apresentado, buscando estabelecer um diálogo com os autores que têm escrito sobre o fenômeno abordado. Então, por se tratar neste trabalho da forma como a juventude vivencia e exerce a sua cidadania, utilizaremos os conceitos de “cidadania ativa” e “cidadania passiva” apontados por Benevides (1994), para buscar elucidar os dados obtidos.

Os resultados obtidos com a realização dessa pesquisa possibilitaram o levantamento de alguns elementos importantes que podem ajudar a pensar sobre a temática da participação política da juventude, como também, podem servir de base para outras pesquisas que objetivem adentrar mais profundo no fenômeno aqui abordado.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente capítulo, trarei os resultados obtidos com a pesquisa, abordando três pontos centrais: qual o entendimento que os alunos das Escolas ECI Professor José Gonçalves de Queiroz de Sumé e E.E.E.F.M. Manoel Honorato Sobrinho de Coxixola, têm acerca do que é cidadania, qual a sua visão sobre as manifestações sociais, sua adesão aos movimentos sociais como reflexo de sua participação política e sua concepção sobre a importância ou não dessa participação. Buscarei estabelecer um diálogo entre os dados apresentados com o objetivo de trazer esclarecimentos desses resultados à luz da teoria sociológica.

Para facilitar a identificação do contexto das falas dos interlocutores (cidade e técnica de pesquisa), os participantes do grupo focal serão identificados como “participante” e as falas decorrentes das entrevistas serão identificadas como “entrevistado”. A numeração de cada fala será de acordo com a técnica empregada. Sendo assim, o “participante 1”, por exemplo, refere-se ao aluno participante do grupo focal, e o “entrevistado 1”, está se referindo ao aluno que concedeu a entrevista.

### 4.1 A CONCEPÇÃO DE CIDADANIA SOB O OLHAR DA JUVENTUDE

Os alunos de Coxixola, quando perguntados sobre o que eles entendem sobre cidadania, trouxeram algumas definições divergentes. Houve quem a definisse como um conjunto de direitos, houve quem acrescentasse a esse conjunto de direitos os deveres, e outros, mencionam a sua efetivação na coletividade. Vejamos suas respostas.

Eu acho que cidadania é um conjunto de direitos que a gente tem. (PARTICIPANTE 3)

Assim, eu acho que isso pega naquilo que a gente tem né? Dos direitos e dos deveres. (PARTICIPANTE 2)

Cidadão, ele não pode ser cidadão ele sozinho, porque ele não vai tá cumprindo seus deveres e recebendo seus direitos. Por exemplo, numa cidade, cidadão vai ser quando tudo tiver interligado de uma boa forma (PARTICIPANTE 1)

Nas entrevistas com os alunos de Sumé, quando indagados sobre a mesma questão, também surgiram respostas divergentes. Houve definições priorizando a questão dos direitos, outras como sinônimo de participação ativa, e teve também, alunos que disseram que embora já tivessem ouvido falar nesse termo, não possuíam uma opinião formada para defini-lo. Eles responderam:

Eu acho que é a participação política ativa. Eu acho que é fazer escolhas, tomar decisões. (ENTREVISTADO 4)

Acho que é o direito de todo cidadão como pessoa, como indivíduo. (ENTREVISTADA 5)

Não sei. Já ouvi falar sobre cidadania, mas ainda não tenho uma opinião formada. (ENTREVISTADO 6)

Vemos, portanto, um elemento em comum que aparece nas definições de cidadania apresentadas pelos alunos de Coxixola e de Sumé. Esse elemento é o conjunto de direitos dos quais dispõem o cidadão. Mas como os estudantes entendem esses direitos?

Esse foi um dos questionamentos feitos durante o grupo focal em Coxixola. Segundo um dos participantes, se tratam de leis que são criadas para beneficiar a população. Os entrevistados do município de Sumé foram questionados sobre quais os direitos que eles possuem, com o objetivo de verificar o conhecimento deles acerca dos seus direitos enquanto cidadão. Vejamos o que eles responderam.

Temos os direitos à educação, à saúde, à saneamento básico. (ENTREVISTADA 1)

Assim, que eu saiba, a gente tem o ECA, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é como se fosse outro documento criado à parte da Constituição, porque não era necessário, mas foi criado né? Que garante os direitos especificamente dos jovens. Aí a educação, saúde, segurança. Tem também a Declaração Universal dos Direitos Universais do homem e do cidadão, que foi criado em 1948 pela ONU e foi uma conquista né? Pra humanidade. (ENTREVISTADO 4)

Logo, a definição de direitos apresentada pelo aluno de Coxixola e os exemplos apresentados pelos entrevistados de Sumé não são destoantes. O primeiro, citando alguns exemplos dessas leis, mencionou o direito à saúde, à moradia e à educação. Com isso, os alunos de ambos os municípios detiveram-se aos direitos sociais, os quais estão prescritos no artigo 6º da Constituição, mas não mencionaram direitos políticos e civis. É importante ressaltar que os direitos sociais, segundo Marshall (1973), foram reconhecidos mais recentemente, no século XX. Mais precisamente na década de 30, no Brasil, segundo Carvalho (2002).

Essa discussão sobre cidadania, no grupo focal, fez os alunos refletirem sobre quem atualmente no Brasil está enquadrado sob a denominação de cidadão e sobre quem realmente está sendo contemplado pelos direitos e deveres característicos de um cidadão. Eles disseram:

A gente sabe que existe esses direitos, que vêm como um benefício a você, ter saúde, a você ter alimentação, moradia, transporte, educação e pra várias pessoas é uma realidade comum de você não ter nada disso. Você sabe que existe, você vê em livros, vê em televisão, vê em tudo, mas você sabe que tem pessoas passando fome, não estudam, tão debaixo da ponte, sem saneamento básico. Dessa forma, é um meio de você saber que têm os direitos, mas que você não sente eles, não vê eles refletir na sua vida. Em algumas sociedades isso não vai ser considerado como uma cidadania. Onde eu não cometo nenhum crime, mas também não tenho o direito de nenhuma lei que venha para me beneficiar. (PARTICIPANTE 1)

Eu acho que nesse contexto de cidadania, as vezes a gente pode se perguntar: será que todo mundo é cidadão? Será que todo mundo têm os seus direitos, apesar de tá exercendo seus deveres? (PARTICIPANTE 2)

Percebe-se, com isso, que os alunos de Coxixola, partem de um critério de análise e/ou caracterização da cidadania que tem como base a efetivação e o acesso aos direitos, por parte dos indivíduos. Divergindo assim, da definição apresentada pelo aluno de Sumé (entrevistado 4), que define a cidadania como a participação ativa dos sujeitos.

Em contrapartida, alguns alunos de Sumé, aproximam-se da definição apresentada por Marshall (1967), que tem como foco a participação dos indivíduos com base na igualdade de direitos.

Ainda problematizando a caracterização do cidadão a partir do seu acesso efetivo aos direitos, a mesma participante de Coxixola que indagou se podemos chamar todo e qualquer indivíduo de cidadão, trouxe um exemplo pra tentar exemplificar sua linha de pensamento.

Tem muitas pessoas, por exemplo, comunidades indígenas, a gente vê que têm o fato dos deveres e etc. Será que realmente esses que governam nossa sociedade tão oferecendo realmente os seus direitos àquelas comunidades? Então será que eles tão cabendo nessa massa que a gente chama de cidadão? (PARTICIPANTE 2)

A partir do exemplo trazido por essa aluna, podemos levantar alguns questionamentos. A aluna aponta para uma possível marginalização das comunidades indígenas no tocante aos direitos. Busquemos portanto, elucidar as questões colocadas no capítulo acerca de quem atualmente no Brasil está apto a receber o título de cidadão e se estes são contemplados pelas suas duas dimensões entendidas por Galvão (2012), como direitos e deveres.

No capítulo 1 vimos que as primeiras concepções de cidadania eram restritas a um grupo minoritário de indivíduos e muito ligada sobretudo aos proprietários de terra, como é o caso

dos gregos e romanos (COSTA, 2010). Com as transformações sociais como a conquista do direito das mulheres votarem, por exemplo, essa cidadania foi abarcando os demais indivíduos. Porém, segundo os alunos de Coxixola, aparentemente nem todo mundo tem acesso aos direitos e por isso não podem ser caracterizados como cidadãos. Essa visão associa-se com a forma como os interlocutores dessa pesquisa refletem o exercício da democracia.

#### 4.2 A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE DEMOCRACIA BRASILEIRA

Durante o grupo focal com os participantes de Coxixola, a participante 2, mesma aluna que anteriormente questionou se todos os indivíduos realmente podem ser considerados cidadãos, apresentou o mesmo critério da acessibilidade aos direitos para pensarmos sobre a democracia no Brasil. Ela disse o seguinte:

[...] Apesar de ser uma democracia como eles falam, é uma democracia indireta né?  
 [...] É uma democracia porque a gente tem o direito de escolher os nossos representantes né? Mas se a gente for olhar pra esse lado de direitos que a gente tem, isso é uma coisa muito pouco perceptível. É tanto que é por isso que existe esses manifestos, como na comunidade LGBT, das feministas e etc. claro né? Cada um tem um lado a defender e tal. Só que eu acho, que se cada um tivesse seus direitos preservados e tivessem realmente, oportunidade de entrar no mercado de trabalho, de estudar e etc., como também é o caso das cotas dos negros, não teria tanto esses manifestos, que as pessoas vão na rua pra pedir realmente, entendeu? Então eu acho que isso é uma coisa a se pensar. Será que a democracia realmente tá fazendo seu ideal papel? (PARTICIPANTE 2)

Percebe-se na fala dessa aluna, dois elementos que ela aborda como critérios para definir o que é a democracia. O primeiro elemento é o direito ao voto e o segundo é o acesso aos direitos. Segundo a participante, o fato de no Brasil, termos o direito de escolher os nossos representantes através do voto caracteriza o nosso sistema político como uma democracia. Porém, segundo ela, se levarmos em consideração o fato de que muitos indivíduos ainda não têm acesso à educação, por exemplo, torna-se pouco perceptível que vivemos em uma democracia.

De acordo com Nóbrega Jr. (2009, p. 48), as definições dos sistemas políticos que partem exclusivamente da análise do seu aspecto eleitoral são denominadas de “subminimas”. Segundo o autor, há, no entanto, uma falha nessas definições. Para ele, embora o aspecto eleitoral seja um elemento importante para análise, por si só não define um regime democrático.



Segundo Nóbrega Jr. (2009), o Brasil está localizado no que ele denomina de "zona cinzenta", caracterizada pelo hibridismo entre um sistema autoritário e a democracia. Esse hibridismo afirma-se como uma semidemocracia, ou seja, como uma democracia ainda não consolidada.

A discussão acerca da democracia no Brasil, foi retomada por outro participante do grupo focal, em Coxixola, posteriormente. Dessa vez, porém, o termo é mencionado em uma conversa sobre a necessidade e a possibilidade da população ter sua voz ouvida pelos governantes. Vejamos o que ele disse:

A democracia em termos brasileiros, ela vem só pra dificultar as pessoas com baixa escolaridade, porque só vem papeis e leis contra a gente, nunca vem uma lei assim, favorecer a gente [...]. A democracia devia ser ampla, mas nem todo mundo tem contato e conhecimento dela corretamente. Então, pra várias pessoas ela é como se fosse inútil. (PARTICIPANTE 1)

Portanto, percebe-se na fala desse aluno um novo elemento associado a concepção de democracia. Embora ele não especifique de que maneira a democracia deveria ser mais ampla, interpreto essa ampliação como uma forma de participação, tendo em vista que ele menciona que nem todo mundo têm acesso à ela.

De acordo com Krischke (2004), o índice de aprovação da democracia no Brasil têm sofrido uma estagnação. Segundo o autor, embora aproximadamente metade da juventude brasileira esteja satisfeita com esse regime político, o índice de preferência dos jovens pelo sistema político democrático, contrariando as expectativas, não tem crescido nos últimos anos, conforme ilustrado na tabela a seguir.

**Tabela 2 – Percentual de Preferência da Juventude pela Democracia no Brasil**

	1989 (16-25 anos)	1993 (16-25 anos)	2003 (15-24 anos)
<b>Democracia</b>	35%	53%	53%
<b>Ditadura</b>	20%	13%	16%
<b>Tanto Faz</b>	28%	17%	22%
<b>Não Sabe</b>	16%	17%	8%

Fonte: Krischke (2004)

No entanto, na fala anterior do participante 1, podemos perceber também uma característica apontada por Dagnino (2004), que é própria de uma "nova cidadania". Essa característica é a reivindicação por mais espaços de participação, que o aluno expressa quando diz que a democracia devia ser mais ampla e que nem todos tem acesso a ela.

Logo, de acordo com os alunos de Coxixola, a falha no sistema democrático brasileiro apontada por eles, no tocante a capacidade de garantir a efetivação dos direitos à todo cidadão, abre espaço para que a população busque novas maneiras de conquistá-los.

#### 4.3 MANIFESTAÇÕES: “ESCÂNDALOS” E NECESSIDADES

Percebemos na fala da aluna (participante 2) de Coxixola, mencionada anteriormente, que há uma associação entre a democracia brasileira e a realização de manifestações. Segundo ela, os protestos existem porque, na democracia brasileira, nem todos têm acesso aos seus direitos. Com isso, outra participante do grupo focal traz também a sua concepção acerca das manifestações. Ela disse:

Manifestações, elas sempre foram relacionadas a essa tentativa de ganho de direitos desde muito cedo. Por exemplo, as mulheres conseguem o direito de votar. Elas foram diretamente às ruas pra fazerem protestos pra conseguirem esses direitos. Hoje, as mulheres têm o direito de votar. Se elas não tivessem ido às ruas, muitos dos parlamentares, ainda iam tá dizendo: Não é necessário as mulheres votarem.  
(PARTICIPANTE 4)

Logo, percebe-se na fala dessa aluna, que em sua concepção, historicamente, a conquista de direitos está associada a realização de manifestações e vice-versa. Complementando o que a participante 2 havia mencionado anteriormente, percebe-se que na concepção desses alunos, as manifestações são produtos da falha no sistema democrático e, conseqüentemente, se tornaram uma necessidade para que os direitos possam ser conquistados.

No entanto, ainda durante a realização do grupo focal em Coxixola, ao adentrar na temática das manifestações, formou-se uma discussão entre os participantes sobre a forma como essas manifestações são realizadas. Se referindo à população LGBTQ+, um dos alunos falou:

Assim, eu respeito a forma de pensar deles, se eles querem ser transexual, bissexual, isso aí não importa, o importante é que eles tomem mais cuidado na maneira de se expressar. Porque tem muitos movimentos como os feministas mesmo, que as mulheres saem bem dizer nuas no meio da rua, onde faz gestos obscenos, sendo que muitas pessoas não precisavam ver aquilo, não precisava ter aquilo pra que elas conseguissem voz. Bastava elas se reunir de maneira organizada e tentar buscar os direitos. Aí elas fazem aquele escândalo todinho por uma coisa bem simples, e que na verdade não é tão simples assim. (PARTICIPANTE 7).

Portanto, percebemos que esse aluno não necessariamente se posiciona contra as manifestações, mas sim, contra alguns tipos de manifestações, como as realizadas pelos movimentos feminista e LGBTQ+, que segundo ele, são escândalos desnecessários. Enquanto ele falava, uma das alunas mostrou-se incomodada e rebateu a sua fala. Ela disse:

De uma forma, eu discordo e concordo com ele. Porque eu acho que as mulheres já tentaram muito dessa forma organizada, bonitinha, porque nem sempre foi desse jeito e viram que não deu e agora isso é o jeito que elas estão tendo de ter voz, entendeu? Porque eu garanto que a maioria das mulheres que querem respeito, são feministas, que estão exigindo seus direitos, elas não querem simplesmente sair pelada [...] no meio da rua. E tão precisando fazer isso pra poder ser ouvida e ainda não estão sendo. (PARTICIPANTE 8).

Segundo essa aluna, as manifestações realizadas pelas mulheres<sup>17</sup>, têm hoje essa performance, porque segundo ela, os protestos realizados anteriormente de maneira diferente não foram bem sucedidos e assim, abriram espaço para esses novos comportamentos empreendidos pelas mulheres com o objetivo de chamarem a atenção para suas reivindicações. E mesmo assim, segundo ela, essas manifestações ainda têm sido pouco eficientes.

Os protestos realizados pelo grupo Femen possuem essa característica performativa. Segundo Melo e Beraldo (2013), o grupo que teve origem no ano de 2008 na Ucrânia, caracteristicamente protestam com seus seios à mostra e com frases escritas no seu próprio corpo. De acordo com as autoras, essa é uma maneira que o movimento encontrou de chamar a

<sup>17</sup> Podemos citar como exemplo de protestos realizados por feministas que saem seminuas nas ruas, o realizado contra a exploração sexual durante a Copa do mundo 2014. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/feministas-fazem-protesto-contra-exploracao-sexual-na-copa,4a70e2b466137410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.htm> l > Acesso em: 15 novembro 2019.

atenção de seus inimigos históricos, como o turismo sexual, a homofobia, a exploração de crianças e mulheres e o machismo. Segundo elas o *topless* é feito sob o pretexto de impactar as pessoas para que elas possam refletir sobre o que o movimento estava protestando.

Durante essa discussão sobre os protestos, entre os participantes do grupo focal, uma aluna trouxe para o debate um elemento que, segundo ela, é através desse mecanismo que os protestos conseguirão chamar a atenção dos governantes para que intervenham em determinada realidade. Vejamos o que ela disse.

Eles (os governantes) só fazem algo com relação a isso (as reivindicações) se for algo que afete diretamente. Como por exemplo, a greve dos caminhoneiros afetou e bastante. Aí eles (os governantes) começaram a arquitetar algo pra fazer melhorias. Só que, se alguma outra coisa não tá interferindo diretamente, eles meio que deixam pra lá. Se a base do país, fizer uma espécie de manifestação com relação a algo que necessitam, pode ser que sim, eles escutem. [...] A base do país, eu digo assim por exemplo, imagina se todos os agricultores resolvessem parar por um certo tempo de produzir, será que eles não iam escutar a voz deles? (PARTICIPANTE 4)

Essa aluna, trazendo o exemplo da greve dos caminhoneiros<sup>18</sup>, realizada no Brasil, no ano de 2018, aponta para a importância da realização dos protestos. Mas destaca também, a necessidade de impactar a população, - seja moralmente como o movimento Femen ou seja economicamente como a greve dos caminhoneiros -, para que possam conseguir chamar a atenção dos governantes para aquilo que está sendo reivindicado.

Ainda durante o grupo focal, em concordância com o que disse a participante 4, um dos alunos destacou a importância das mobilizações feitas em coletividade:

Uma pessoa é praticamente invisível pra o governo. Um pobre, ou uma pessoa de baixa influência, mas se todas essas pessoas que foram, quem votou, quem deu esse direito a eles, cobrar, eu acho que é um motivo de dar voz. A população tendo a voz, sua voz reconhecida. (PARTICIPANTE 1)

Logo, segundo a fala desse aluno, os protestos realizados pela população com o objetivo de exigir uma ação daqueles que escolheram para ser seus representantes, é um mecanismo que possibilita a aqueles que possuem pouca influência na sociedade, terem sua voz ouvida. Ou seja, segundo ele, um dos possíveis meios que as classes menos favorecidas possuem hoje, para que os governantes as ouçam são os protestos.

---

<sup>18</sup> No ano de 2018, no Brasil, caminhoneiros de todo o país pararam suas atividades por 10 dias consecutivos, barrando parcialmente o tráfego nas rodovias, em sinal de protesto contra o aumento do preço do óleo diesel. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44302137> > Acesso em: 15 de novembro 2019.

Segundo esse aluno, os indivíduos isolados, são incapazes de chamar a atenção para si, e portanto, precisam agir na coletividade. De acordo com Tarrow (2009), é exatamente essa inacessibilidade das camadas menos favorecidas às instituições que geram o que ele denomina de confronto, que pode ser entendido também, como protestos, já que o autor o define como ações que tem por objetivo desafiar as autoridades em decorrência de novas demandas.

Esse mesmo aluno (participante 1), aponta ainda, para um perigo corrente entre as manifestações, que são os riscos de vida que os militantes enfrentam nessas mobilizações. Vejamos o que ele disse.

As manifestações, elas sempre vão trazer perdas, como pessoas podem morrer, pessoas participantes das manifestações. Pode a oposição que a gente esteja tentando afetar, lutar contra a gente de toda forma. E a manifestação, se ela tem perdas, mas vai ter sempre alguém lutando. E se for uma pessoa só? Como o exemplo das mulheres. Quantas não já morreram? E tão conseguindo agora um pouquinho (dos seus direitos). (PARTICIPANTE 1)

Segundo esse aluno, outra necessidade dos indivíduos agirem em coletividade em suas reivindicações é a violência gerada pela oposição (o Estado, um grupo, um movimento). De acordo com ele, há inclusive o risco de morte<sup>19</sup>, e portanto, há a necessidade de que outras pessoas dêem continuidade a essa luta.

Com isso, percebemos que os alunos mencionados enxergam as manifestações como um mecanismo que a população possui para que sua voz possa ser ouvida, embora em alguns pontos as opiniões se tornem divergentes.

Analisemos a partir de agora o nível de adesão e engajamento desses jovens aos movimentos sociais como reflexo da forma como encaram e vivenciam a sua cidadania. Será analisado também, a participação desses nas manifestações e nos assuntos referentes a vida em sociedade.

#### 4.4 JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: ADESÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

---

<sup>19</sup> Tomazi (2010) destaca o caso da dramaturga Olympe de Gouges que foi guilhotinada em 1791 ao propor uma declaração dos direitos da mulher. Como não citar também, o assassinato do líder das Ligas Camponesas de Sapé, João Pedro Teixeira. Segundo Targino, Moreira e Menezes (2011), as Ligas Camponesas se traduzem hoje em memórias traumáticas e silenciadas repressivamente, sendo inclusive, aniquilados os documentos que mencionava os solicitantes da morte de João Pedro Teixeira.

De acordo com Tavares (2012), a juventude ganhou maior visibilidade a partir do século XVIII, sobretudo em decorrência do crescimento do seu contingente populacional. Mas também, porque dentre os novos atores sociais que segundo Gohn (2008), emergem com os “novos movimentos sociais” estão também os jovens.

Começemos por analisar a concepção desses jovens, acerca dos movimentos sociais. Iniciemos com a concepção trazida por uma aluna de Coxixola, com relação à cidadania e os movimentos sociais. Ela disse:

Eu acho, que como cidadão, é essencial esses movimentos. Primeiro porque exige também o que a gente precisa, que são os direitos. E numa sociedade tão fechada e tão corrupta como a nossa, apesar de ser uma democracia como eles falam, [...] a gente não tem o total apoio, vamos dizer, deles (os governantes). (PARTICIPANTE 2)

Segundo essa aluna, os movimentos sociais são importantes, sobretudo em países como o Brasil, que segundo o ponto de vista de alguns dos participantes do grupo focal, configura-se como uma “democracia indireta”. Ou seja, apresenta-se como uma democracia que não têm dado conta de cumprir seu papel ideal.

De acordo com Gohn (2000), muitas das transformações que ocorreram ao longo da história, tanto no setor público como no privado, são produtos da atuação dos movimentos sociais. Segundo a autora, eles possuem a capacidade de proporcionar mudanças no âmbito da sociedade civil e política.

Tendo em vista que alguns dos alunos destacaram a importância da população se organizar em coletividade para reivindicar e lutar por seus direitos, questionamos os alunos sobre a importância do engajamento da juventude não só nessas mobilizações como nos demais aspectos da vida em sociedade. Os entrevistados de Sumé, destacaram alguns elementos. Vejamos.

Acho que sim (é importante). Porque os jovens são uma nova geração né? Então de certa forma, futuramente nós iremos tomar essas decisões. Então acho que desde cedo nós temos que estar por dentro de tudo, pra sabermos o que fazer quando chegar nossa hora. (ENTREVISTADA 5)

Eu acho que cada geração tem gostos diferentes, então elas vão exigir coisas diferentes, não o que é imposto. O que é imposto, tipo, eles são contra e não aceitam. E eles querem mudar, justamente porque cada geração tem seu gosto. (ENTREVISTADO 6)

Eu acho (que ser engajado) é participar diretamente ou indiretamente, através do voto e discussões pra escolher aos representantes e tomar decisões. (ENTREVISTADO 4)

Os trechos acima abordam a concepção dos alunos sobre o que é ser um jovem engajado na vida pública e também sobre a sua importância. Nas duas primeiras falas aparecem dois

elementos que apontam para a importância do engajamento da juventude na vida pública. O primeiro elemento é o de geração. Segundo ela, a juventude deve buscar ter conhecimento acerca dos assuntos referentes a vida em sociedade para que futuramente possam estar preparados para tomar decisões conscientes. O segundo elemento destacado por outro aluno, também aponta para o conceito de geração, pois segundo ele, os jovens devem participar para apresentar suas demandas que distinguem das demandas da geração adulta. Na terceira fala, o aluno entrevistado define como pode se dar essa participação.

De acordo com Feixa e Leccardi (2010), a concepção contemporânea acerca do conceito de geração distingue em três momentos no decorrer da história, que compreende as décadas de 20, 60 e 90. Segundo as autoras, dentre essas definições, a desenvolvida por Mannheim representa um marco na teoria sociológica. Mannheim não aborda o conceito de geração a partir do fator biológico, mas segundo ele, as diferentes gerações são o produto das mudanças históricas. Ou seja, de acordo com as autoras, Mannheim define o conceito de geração a partir dos acontecimentos históricos que indivíduos da mesma idade vivenciam.

No entanto, no grupo focal em Coxixola, um dos alunos trouxe uma outra concepção sobre o significado de participação da juventude. Vejamos o que ele disse.

Tipo, você tentar entrar em conhecimento com verbas, contribuições públicas, como serviços, você interagir no meio democrático daquela etapa. Por exemplo, todos dizem que tem o portal da transparência pra você acompanhar. Eu acho que de certa forma, se isso existir e você tiver como chegar lá, ter conhecimento, eu acho que seria uma forma de você ver. Não que você possa interferir né? mas você ter conhecimento das verbas que tá vindo pra prefeitura, em que tá sendo gasta aquela verba, que benefícios tá trazendo pra comunidade, pra cidade. Eu acho que isso é uma forma de participar. Não de interferir, mas de participar. Interferir seria se você visse algum projeto, alguma coisa que esteja errada e você procurar denunciar e tentar levar um processo pra que aquilo seja corrigido. Eu acho que participar seria como você acompanhar tudo que tá ocorrendo no meio de convivência da sociedade. (PARTICIPANTE 1)

Percebe-se que a definição de participação apontada por esse aluno, difere da trazida pelo aluno de Sumé. Como vimos, o aluno de Sumé, embora afirme que a participação pode se dar de forma direta ou indireta, ele traz exemplos de uma participação direta que ocorre através do voto e da tomada de decisões. Esse aluno de Coxixola, no entanto, traz uma definição de participação que se dá de maneira mais indireta. De acordo com ele, o modo como a juventude pode participar dos assuntos políticos é buscando manter-se informado acerca das decisões que estão sendo tomadas com relação ao seu município e/ou país.

É importante destacar também, que esse aluno enfatiza a diferença entre participar e interferir. A noção de interferência que ele aponta pode ser exemplificada pelas mobilizações que mencionamos no capítulo um, protagonizadas pela juventude, como o Maio de 1968. Logo,

percebe-se uma concepção de participação que diverge da juventude da década de 60, que foi um período de grandes mobilizações encabeçadas pela juventude.

Utilizando, portanto, a classificação de “cidadania ativa” e “cidadania passiva”, apresentada por Benevides (1994), essa concepção apontada por esse aluno, configura-se como uma cidadania passiva, tendo em vista que a cidadania ativa possui a característica de intervir em determinada realidade social.

Logo, de modo geral, os estudantes entrevistados apontam que no Brasil, nem todos podem ser considerados cidadãos, tendo em vista que o nosso regime político democrático, segundo alguns dos participantes, apresenta uma falha no cumprimento do seu dever de assegurar que todos tenham acesso aos seus direitos.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Oliveira (2016), pensar sobre a participação política representa um desafio para o pesquisador, sobretudo quando retrata a participação entre os jovens. Isso ocorre porque segundo o autor, além de haver diversas formas de participação, que vão para além do ato de votar, há um perceptível agastamento da juventude com relação à política.

No entanto, Oliveira (2016) aponta para algo que pode ser percebido nos dados obtidos com este trabalho. O autor afirma que essa falta de contentamento da juventude com a política não é sinônimo de não participação, mas sim, de novas formas de participação.

Essas novas formas de participação foram exemplificadas pelos nossos interlocutores. Embora todos os alunos, - mesmo levando em consideração o fato de que muitos deles ainda não possuem o direito de escolherem seus representantes -, por unanimidade, tenham afirmado que as atitudes daqueles que estão no governo atualmente não os representa, expressando um certo descrédito com a política, apresentaram algumas formas de participação.

Vimos que segundo a definição de Benevides (1994), os dados apontam para uma juventude que expressa uma “cidadania passiva”, tendo em vista que dos doze participantes da pesquisa, apenas dois alunos de Sumé, afirmaram já ter participado de algum protesto ou movimento social. E a “cidadania ativa” expressa-se sobretudo na luta pela conquista e/ou manutenção de direitos.

Um deles afirmou ter participado do “Tira a mão do meu IF”<sup>20</sup>, realizado na cidade de Monteiro em Maio desse ano (2019). Outra aluna, disse que já participou de protestos, embora não tenha sido aqui na Paraíba, mas em Fortaleza-CE, onde ela morava anteriormente. Segundo ela, esse protestos eram por segurança pública e em favor de pessoas extremamente carentes. Quando indagados sobre o que os motivou a participarem desses protestos, as respostas foram: a insatisfação e a empatia.

De acordo com Oliveira (2016), em âmbito federal, os primeiros registros de políticas voltadas para a juventude no Brasil, são no Governo Lula, com a implantação do PROJOVEM, em 2005, que é um programa voltado para a formação escolar e profissional de estudantes do Ensino Fundamental. No entanto, segundo o autor, no âmbito estadual, os registros de políticas públicas voltadas para a juventude são pouquíssimos.

---

<sup>20</sup>“Tira a mão do meu IF”, foi um protesto realizado pelos alunos do IFPB, no dia 06 de Maio desse ano (2019), contra o corte de verbas das instituições federais.

Segundo Oliveira (2016), na Paraíba, destaca-se o município de João Pessoa com a implantação dos programas Ciranda Curricular e Bolsa Universitária, a criação da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação e do Conselho Municipal de Juventude. E no município de Patos, a Secretaria de Juventude. Segundo o autor, nos demais municípios são raros os registros de ações municipais, além das políticas federais, nesse sentido.

O município de Sumé possui um único registro da realização ações políticas voltadas para a juventude disponível no site da prefeitura, que foi a Semana da Juventude<sup>21</sup>, ocorrida no ano de 2018, que tinha como propósito promover o debate com os jovens do município sobre as políticas públicas voltadas para a juventude.

No entanto, pesquisas realizadas nos sites das prefeituras municipais de Sumé<sup>22</sup> e Coxixola<sup>23</sup>, mostram que o município de Sumé não possui uma Secretaria de Juventude. Se existe, não está explícita em sua nomenclatura. O município de Coxixola, por sua vez, não possui uma Secretaria exclusivamente de Juventude, mas uma junção com as áreas de esporte e lazer formando a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude. Tentei entrar em contato com as referidas prefeituras via e-mail, para maiores informações, porém, não obtive resposta.

Embora, tenhamos nos deparado com uma grande dificuldade de encontrar registros sobre a atuação de movimentos de juventude atuantes na região do cariri paraibano, Oliveira (2017), apresenta a presença de alguns movimentos juvenis no estado da Paraíba. Destacam-se o JOC e a PJMP, que são movimentos que estão presentes também em outros estados. No entanto, não há registros de atuação desses movimentos em outras cidades, além de João Pessoa.

Conforme aponta Araújo, Bridi e Motim (2016), a categoria juventude não representa uma categoria homogênea, ou seja, não há uma única cultura juvenil, mas há diferentes perfis de jovens dentro de uma mesma sociedade. Por isso, encontramos nos dados obtidos com a pesquisa, jovens de uma mesma idade e nível de escolaridade, mas que divergem nas suas concepções acerca de participação política entre a juventude, por exemplo.

Logo, de acordo com Oliveira (2017), a grande questão que se coloca no debate sobre juventude e participação política, é sobre o futuro da democracia e a ampliação das sociedades da América Latina. Segundo a autora, levando-se em consideração que a juventude será a grande responsável pelo futuro do país e conseqüentemente pelo seu desenvolvimento ou

---

<sup>21</sup> Informações na íntegra disponível em: < <http://www.sume.pb.gov.br/2018/09/semana-da-juventude-e-realizada-com-sucesso-em-sume/> > Acesso em 29 nov. 2019

<sup>22</sup> Informações disponíveis em: < <https://www.sume.pb.gov.br/> > Acesso em 29 nov. 2019

<sup>23</sup> Informações disponíveis em: < <http://www.coxixola.pb.gov.br/> > Acesso em 29 nov. 2019

retrocesso, se faz extremamente necessário propor reflexões que abordem a concepção e as formas de participação da juventude nos dias atuais. De modo que, possa assim, ir sendo construído um diálogo entre o conhecimento herdado do nosso passado histórico e as novas formas de organização e participação da juventude.

Os dados descritos no capítulo 4, não mostram uma juventude apática em relação aos acontecimentos da vida política de nossa sociedade, pois com raras exceções, têm uma opinião formada e bem argumentada, mostrando um interesse por tais assuntos. Mesmo não sendo jovens envolvidos em movimentos sociais ou protestos, não podemos afirmar que eles não são uma juventude politicamente participativa.

Em consonância com a própria dinâmica da sociedade que está em constante transformação, os nossos interlocutores, apresentam uma nova concepção de participação política da juventude, que difere, por exemplo, da juventude da década de 60. Alguns estudos que abordam a temática de juventude e participação, tendem a fazer essa análise a partir dos movimentos de juventude, como Oliveira (2017), no entanto, a juventude, como uma categoria pluralista, compreendem a participação para além dos protestos e movimentos sociais.

Segundo a distinção entre participação e intervenção, de um dos participantes do grupo focal (participante 1), as ações dos movimentos sociais e os protestos são na verdade, maneiras de intervir em determinada realidade social, que segundo a participante 2, ocorrem em virtude da falta de acesso aos direitos por parte dos indivíduos. A participação, segundo o participante 1, acontece quando os indivíduos buscam ter conhecimento das decisões que estão sendo tomadas com respeito ao país e/ou seu município.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Danilla. Ocupações Nordeste #OCUPATUDO. **Esquerda Diário**, [S. l.], p. 1-2, 14 nov. 2016. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Ocupacoes-Nordeste-OCUPATUDO>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ARAÚJO, Silvia Maria de. BRIDI, Maria Aparecida. MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia: volume único: ensino médio**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016.

ARAUJO, Nayara Veras de. LIMA, Antônia Jesuíta de. Melucci e Tarrow: revisão teórica sobre movimentos sociais. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v.7, n.25, p.115-130, julho. 2010.

BALADELI, Ana Paula Domingos. O gigante acordou: análise do discurso da mídia sobre as manifestações populares no Brasil. **Revista Diálogos & Saberes**, 2016, 10.1.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. tradução Marcelo Figueiredo Duarte ; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Leandro Miletto Tonetto. Porto Alegre : Artmed, 2009.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Cidadania e Democracia**, Lua Nova, n. 33, p. 5-16, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília, DF: MEC, 2000.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O social em questão**, v. 27, p. 83-99, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: \_\_\_\_\_. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 253-268, 2008.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 4. ed. São Paulo : Moderna, 2010.

DAGNINO, Evelina (2004) “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110

\_\_\_\_\_. ALVAREZ, Sonia E. ESCOBAR, Arturo (orgs.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras). Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000. 538 páginas.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio ilustrado**. Curitiba: Ed. Positivo ; 2008.

FUJISAWA, Dirce Shizuko. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança**: implicações na formação do fisioterapeuta. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

GALVÃO, Sheylla de Kassia Silva. Cidadania, Direitos Humanos e Participação Política. In: Sociologia para o Ensino Médio; conteúdos e metodologias / José Rodorval Ramalho, Rozenval de Almeida e Sousa (orgs). - Campina Grande: Editora da UFCG, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos sociais - Paradigmas clássicos e contemporâneos**. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1997.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, 5 (2000), 11-40

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Cad. CRH [online]**. 2008, vol.21, n.54

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. - (Questões da nossa época ; v.47).

GRAMSCI, Antonio.. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Vol. 3

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICA. **CENSO 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 de Outubro de 2019.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. **Outro Olhar**, v. 5, n. 6, p. 44-55, 2007.

KOLOGY, Andressa. ROSA, Carla Buhner Salles. LUIZ Danuta S. C. (2011): Relações entre Estado e Sociedade Civil: Reflexões sobre perspectivas democráticas. **Revista Aurora**, ano V número 8 –Agosto de 2011 ISSN: 1982-8004

KRISCHKE, Paulo Jose. Perfil da juventude brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 1, n. 2, p. 3, 2004.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn., 2012. Participação e aprendizado político no orçamento participativo: estudo de caso em um município catarinense. **Educação & Sociedade**, 33(119), pp.513-532. DOI: 10.1590/s0101-73302012000200010

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MELO, Rose Rocha de. BERALDO, Beatriz. EU SEREI MEU PRÓPRIO FETICHE: nudez em templos do artifício ou ativismo de mulheres-imagens I WILL BE MY OWN FETISH: nudity in temples of artifice or image-women activism. (2013)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009.

MITRAUD, Francisco Silva. O DISCURSO JORNALÍSTICO DO MOVIMENTO DAS RUAS: O QUE NARRAM AS MANCHETES DE JORNAL SOBRE A MOBILIZAÇÃO POPULAR DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL, 2014.

MENDES JR., Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Class, Citizenship and Social Development**. Londres: Greenwood, 1973.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Movimentos Sociais, a Construção de Sujeitos de Direitos e a Busca por Democratização do Estado. Lex Humana. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UCP**, ISSN (e) 2175-0947, 2009.

NÓBREGA JR, José Maria. **Semidocracia Brasileira: As Instituições Coercitivas e Práticas Sociais**. Recife: Editora Nossa Livraria, 2009.

OLIVEIRA, Adailson Regis de. **A participação política juvenil: uma análise das experiências de jovens na Rede de Jovens do Nordeste-PB – João Pessoa**, 2016.

OLIVEIRA, Geziane do Nascimento. **Estratégias e trajetórias políticas de mobilização da juventude: um estudo sobre participação no Conselho Municipal de Juventude de João Pessoa/PB – João Pessoa**, 2017.

OLIVEIRA, Rosane Cristina de. LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. GOMES, Raphael Fernandes. "MACHISMO E DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: uma análise das "opiniões" sobre a violência sexual contra as mulheres." *Revista Feminismos* 6.1 (2018).

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes. 2009.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. Org. **História da Cidadania**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2005

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: PUC, 1998.  
Disponível em:

<[http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/0310315\\_05\\_cap\\_04.pdf](http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/0310315_05_cap_04.pdf)>. Acesso em: 31 out 2019.

RESSEL, Lúcia Beatriz. BECK, Carmem Lúcia Colomé. GUALDA, Dulce Maria Rosa. HOFFMANN, Izabel Cristina. SILVA, Rosângela Marion da. SEHNEM, Graciela Dutra. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 779-786, 2008.

ROSZAK, Theodore. **A Contracultura**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1972;

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. Sociedade e Estado, UnB, **Dossiê: Movimentos Sociais**, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984. 295-376.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento** : movimentos sociais e confronto político; tradução de Ana Maria Sallum. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TARGINO, Ivan. MOREIRA, Emilia e MENEZES, Marilda. "As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas." **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP** 5.1 (2011).

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2010.

TORO, Jose Bernardo; WERNECK, Nísia. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TADA, Cristiane. OcupaTudo tem mais de 200 universidades ocupadas em todo o Brasil. **União Nacional dos Estudantes**, <https://une.org.br/noticias/ocupatudo-tem-187-universidades-ocupadas-em-todo-o-brasil/>, p. 1-2, 10 nov. 2016. Disponível em: <https://une.org.br/noticias/ocupatudo-tem-187-universidades-ocupadas-em-todo-o-brasil/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

TAVARES, Breitner. Sociologia da Juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 181-191, jan./jun. 2012.

# APÊNDICES



## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr.(a)

Eu, José Aumendes da Silva Farias, aluno do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) campus Sumé, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), irei desenvolver pesquisa sob a orientação da professora Dra. Júnia Marússia Trigueiro de Lima, com o objetivo geral de refletir sobre a opinião dos estudantes a respeito da construção da cidadania em sua sociedade, que utiliza como instrumento de coleta de dados a realização de grupos focais com alunos dos municípios de Sumé e Coxixola, localizados na microrregião do cariri ocidental da Paraíba.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, pois não acarretará qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo:

Atenciosamente,

---

José Aumendes da Silva Farias

### **Consentimento do voluntário.**

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, \_\_\_\_\_,  
 aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente de que os dados serão usados pelo responsável pela pesquisa com propósitos científicos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do Pai ou Responsável

## APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO



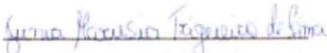
Sumé, 27 de Setembro de 2019.


À Direção da Escola Estadual Manoel Honorato Sobrinho,

Por meio desta apresentamos o acadêmico José Aumendes da Silva Farias, do 8º semestre do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, devidamente matriculado nesta instituição de ensino, que está realizando a pesquisa intitulada "Movimentos Sociais e o Exercício da Cidadania Sob o Olhar dos Jovens de Duas Cidades do Cariri Paraibano". Essa pesquisa tem como objetivo investigar a compreensão que os estudantes de Ensino Médio dos municípios de Sumé e Coxixola têm de cidadania, direitos e como esta se relaciona com sua adesão a Movimentos Sociais.

Na Escola Estadual Manoel Honorato Sobrinho será realizado um grupo focal com oito estudantes dos três anos do Ensino Médio, cujo roteiro segue em anexo. Vimos através deste solicitar sua autorização para execução e coleta de dados em sua instituição. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do estudante entrevistado.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento deste futuro profissional e da pesquisa científica em nossa região. Colocamo-nos à vossa disposição na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do CDSA. Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.

  
Júnia Marúcia Trigueiro de Lima  
Professora Orientadora  
Mat. Siape: 1840616

  
José Aumendes da Silva Farias  
Acadêmico Pesquisador

## **APÊNDICE C – CARTA DE APRESENTAÇÃO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
CAMPINA GRANDE

Sumé, 09 de outubro de 2019.

À Direção da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz,

Por meio desta apresentamos o acadêmico José Aumendes da Silva Farias, do 8º semestre do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, devidamente matriculado nesta instituição de ensino, que está realizando a pesquisa intitulada "Movimentos Sociais e o Exercício da Cidadania Sob o Olhar dos Jovens de Duas Cidades do Cariri Paraibano". Essa pesquisa tem como objetivo investigar a compreensão que os estudantes de Ensino Médio dos municípios de Sumé e Coxixola têm de cidadania, direitos e como esta se relaciona com sua adesão a Movimentos Sociais.

Na Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz serão realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas com estudantes dos três anos do Ensino Médio, cujo roteiro segue em anexo. Vimos através deste solicitar sua autorização para execução e coleta de dados em sua instituição. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do estudante entrevistado.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento deste futuro profissional e da pesquisa científica em nossa região. Colocamo-nos à vossa disposição na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do CDSA. Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.

*Júnia Marúcia Trigueiro de Lima*

Júnia Marúcia Trigueiro de Lima

Professora Orientadora

Mat. Siape: 1840616

*José Aumendes da Silva Farias*

José Aumendes da Silva Farias

Acadêmico Pesquisador

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

## QUESTIONÁRIO

1. VOCÊ PODERIA CITAR QUAIS SÃO OS DIREITOS QUE VOCÊ POSSUI?
2. VOCÊ SE CONSIDERA UMA PESSOA ENGAJADA NA VIDA PÚBLICA?
  - 2.1 SE SIM, DE QUE MANEIRA?
  - 2.2 SE NÃO, GOSTARIA DE SE ENGAJAR? DE QUE MANEIRA?
3. HÁ ALGUMA IMPORTÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA VIDA PÚBLICA?
  - 3.1 DE QUE MANEIRA O JOVEM PODE SE ENGAJAR NA VIDA PÚBLICA?
4. VOCÊ PARTICIPA DE PROTESTOS E/OU MANIFESTAÇÕES? PORQUÊ?
5. COMO VOCÊ FAZ PARA CONQUISTAR SEUS DIREITOS?
6. O QUE É CIDADANIA?
7. VOCÊ SENTE-SE REPRESENTADO(A) PELOS GOVERNANTES? PORQUÊ?
8. VOCÊ FAZ PARTE DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL?
  - 8.1 SE SIM, QUAL?
  - 8.2 O QUE O LEVOU A ENTRAR NO MOVIMENTO?